



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 043

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 043**SUMÁRIO**

Lista de presenças.....	02
Abertura da Sessão Ordinária	03
Grande Expediente (Reservado à	
Associação Brasileira de Enfermagem)	
Composição da Mesa	03
Proponente:	
Dep. Elza Correia	03
Entrega de Homenagem.....	04
Oradores:	
Sra. Simone Peruzzo (Presidente	
da ABEn).....	05
Sra. Maria Goretti David Lopes	
(Presidente do CES)	07
Sr. Luiz Carlos Haully	
(Deputado Federal)	07
Encerramento da Homenagem.....	08
Reabertura da Sessão.....	08
Expediente:	
Ofícios.....	08
Indicações	10
Requerimentos	11
Projetos de Lei	12
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	21
Dep. Elio Rusch	22
Dep. Neivo Beraldin	22
Dep. Barbosa Neto.....	23
Dep. Elza Correia.....	24
Dep. Plauto Miró Guimarães	25
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL: Dep. Plauto	
Miró Guimarães	25
Liderança do PDT: Dep.	
Augustinho Zucchi.....	28
Liderança do PT: Dep. Hermes	
Fonseca	30
Liderança do PSDB: Dep. Valdir	

Rossoni	31
Liderança do PP: Dep. Geraldo	
Cartário	32
Liderança da Oposição: Dep. José	
Domingos Scarpellini	34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	36
Discussão / Votação	38
Discussão Única (Proposições)..	38
2ª Discussão (Pref. de Votação) .	41
Redação Final	41
2ª Discussão	42
1ª Discussão	43
Requerimentos	48

Encerramento da Sessão Ordinária48**043ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE MAIO DE 2005**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e
Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori,

Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Elton Carlos Welter, Natálio Stica e Nelson Justus (05).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Grande Expediente:

Conforme requerimento da Deputada Elza Correia, o Grande Expediente será destinado à

Associação Brasileira de Enfermagem.

No entendimento das Lideranças da Situação e Oposição, vamos fazer esta homenagem antes do Pequeno Expediente.

Composição da Mesa:

É com satisfação que anunciamos a composição da Mesa: Exmo. Sr. Deputado Federal, Luiz Carlos Hauly, representando a Câmara Federal; Exma. Sra. Simone Peruzzo, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem; Ilma. Sra. Maria Goretti David Lopes, Presidente do Conselho Estadual de Saúde; Exmo. Sr. Ney Hamilton Michaud, representando a Sra. Alice Michaud, *in memoriam*; Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, 1º Secretário da Casa; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Casa.

Com a palavra a Exma. Sra. Deputada Elza Correia.

Proponente da Homenagem:

Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria cumprimentar a Mesa, Sr. Hermas Brandão, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Luiz Carlos Hauly, representando a Câmara Federal; Ilma. Sra. Simone Peruzzo, Presidente da Associação Brasileira de

Enfermagem; Ilma. Sra. Maria Goretti David Lopes, Presidente do Conselho Estadual de Saúde; Ilmo. Sr. Ney Hamilton Michaud, sobrinho da nossa querida homenageada, acompanhado de sua esposa, Maria Rita.

Quero cumprimentar o 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná, também o 2º Secretário, nossos colegas Deputados e cumprimentar, muito especialmente aos trabalhadores, aos profissionais de enfermagem, enfermeiros e enfermeiras que nos honram com suas presenças e demais convidados.

(Lê):

“Pedimos o Grande Expediente desta Casa, no dia de hoje, por entendermos a importância desta data, não só para profissionais de enfermagem, mas para todos nós. Trata-se do Dia Nacional da Luta contra a Impunidade, por ocasião da 66ª Semana Brasileira de Enfermagem.

Hoje são quase um milhão de trabalhadores brasileiros na área de enfermagem, atuando em vários níveis: auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e enfermeiros de nível superior. Cerca de 70% dos profissionais de saúde são da enfermagem, prestando serviço durante 24 horas, durante todo o ano, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Os profissionais de enfermagem se destacam em atividades relacionadas à promoção e proteção da saúde, implementando as políticas e reorientação do modelo assistencial de saúde preconizado pelo SUS.

É na direção de serviços de saúde de secretarias municipais que a enfermagem destaca-se, mostrando o valor dos cuidados na atenção à saúde.

Pelas atribuições sob a responsabilidade destes profissionais, temos a exata dimensão de seu valor e compromisso com a qualidade de vida e garantia de saúde da população brasileira. Por isso tudo, meu reconhecimento, respeito e consideração por esta importante categoria de profissionais.

No dia de hoje, escolhemos para homenagear a Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn-PR, Simone Peruzzo, todos os enfermeiros e enfermeiras, através de nossa querida Dra. Alice Michaud, 1ª enfermeira do Paraná e 1ª Presidente da ABEn-PR, cujo sobrinho, Sr. Ney Hamilton Michaud aqui presente, receberá a placa em sua homenagem.

A biografia da Dra. Alice nos remete verdadeiramente ao espírito de abnegação e amor ao próximo necessários nesta profissão. Se hoje sabemos das inúmeras dificuldades para a atuação dos profissionais de enfermagem, o que não dizer daquelas que a Dra. Alice Michaud enfrentou em 1938, quando prestou concurso para saúde pública como visitadora sanitária e guarda sanitária?

Em 1939, após concurso, abraçou com grande entusiasmo a tarefa da qual sempre se orgulhou. Dra. Alice foi aluna da 3ª turma de enfermagem da EEUSP, Escola de Enfermagem da USP e, após o término de seu curso, voltou ao Paraná, em 1949, sendo convidada para organizar o serviço de enfermagem do Hospital da Cruz

Vermelha, onde ficou até meados de 1952, quando retornou para a saúde pública, onde permaneceu por toda sua vida.

Ela, por inúmeras vezes, confessou publicamente ser a saúde pública “o grande amor da sua vida”. Este sentimento norteou suas ações, sua tarefa de iniciar os cursos para atendimento de enfermagem pela Secretaria Estadual de Saúde no Paraná, com o objetivo de aperfeiçoar, treinar pessoas, tendo em vista que na época não havia nenhuma escola de enfermagem no Paraná.

Foram oito turmas que formaram duzentos atendentes de enfermagem. Foi o 1º curso de atendentes de enfermagem no Brasil, ministrado exclusivamente por enfermeiras.

Nesta época, Alice Michaud trabalhou juntamente com Wanda Aguiar Harte, 1ª teorista de enfermagem brasileira, cuja teoria diz respeito às necessidades básicas humanas, utilizada até hoje pela academia.

A Dra. Alice, com seu pioneirismo e visão de futuro, influenciou vários profissionais, inclusive a irmã Maria Turkiewicz, atual Diretora da Escola Catarina Labouré.

Dra. Alice foi fundadora das três primeiras escolas de enfermagem de Curitiba: Escola de Enfermagem Caetano Munhoz da Rocha, Escola de Enfermagem Madre Leone, atualmente Curso de Graduação de Enfermagem da PUC-Paraná e da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré.

Viajou o Paraná inteiro treinando pessoas, aproximadamente oito mil parteiras, e como supervisora nas unidades de saúde do Paraná. Atuou por 52 anos na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e foi a 1ª Presidente da ABEn no Paraná, em 1956.

Por isso, em seu nome, homenageio todas as profissionais de enfermagem de nosso Estado, nesta data tão importante para todos.

Para finalizar, manifesto minha solidariedade aos profissionais que reclamam da ação autoritária e corrupta do Sistema Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem. Somo-me aos que pedem agilidade nas investigações das pessoas envolvidas na chamada “Operação Predador”, realizada pela Polícia Federal, acusados de fraude no valor de R\$ 50 milhões, contra a categoria, evidentemente, porque esse dinheiro era público e era o dinheiro que deveria ser utilizado em benefício dela. Somos, visceralmente, contra qualquer atitude de corrupção e desmando e da má utilização do dinheiro público.

Portanto, somo-me a vocês e não podemos nos calar até que esta questão seja absolutamente resolvida.

Infelizmente temos que registrar que também um dos envolvidos está o Presidente da COFEN. Manifesto a minha solidariedade com a categoria porque, como já disse, temos que banir da atuação pública deste País, qualquer ação anti-ética, antidemocrática e desrespeitosa, seja com que categoria for. É preciso esclarecer os

fatos, punir os culpados e restabelecer a dignidade do órgão de representação da categoria. Que prevaleça no seio desses profissionais, como tem sido norte até então, a lisura, a responsabilidade, o espírito humanitário de amor ao próximo, sentimento norteadores dessa profissão, o que a faz uma das mais importantes e mais respeitadas no País.

Portanto, cumprimento a todos, agradecendo aos que nos visitam nesta tarde, inclusive a representante do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, professora Maria de Fátima Mantovani, a todos os profissionais, e também a representante, Diretora de Educação, professora Carmen Kalinoski e a todos os que estão aqui neste momento.

Muito obrigado pela oportunidade que vocês nos dão neste dia de nos somarmos com essa categoria extraordinária, nesta luta em benefício da população brasileira.

Parabéns a todos.

(Aplausos)

Entrega da Homenagem:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura dos termos da placa a ser entregue ao Sr. Nei Hamilton Michaud em homenagem à Sra. Alice Michaud.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

(Lê):

“E o fim da nossa viagem será chegar ao lugar de onde partimos e conhecê-lo, então, pela primeira vez. - Eliott.”

Dra. Alice Michaud, *in memoriam*, primeira enfermeira do Estado do Paraná e primeira Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná, gestão 1956/1959.

Nosso eterno reconhecimento e agradecimento pelo seu pioneirismo frente aos trabalhos desta Associação. Dirigente, determinada, docente e enfermeira dedicada, atuou durante 52 anos na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, declarando ser a saúde pública o grande amor da sua vida. Seu exemplo permanecerá vivo em nossos corações hoje e sempre.

Diretoria da ABEn/Paraná, gestão 2004/2007.

Curitiba, 16 de maio de 2005.”

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido a Deputada Elza Correia para que proceda à entrega da placa em homenagem à Dra. Alice Michaud, *in memoriam*, por ser a primeira enfermeira do Paraná e a primeira Presidente da ABEn-PR, representada pelo seu sobrinho Nei Hamilton Michaud.

(Aplausos)

Oradores:

Com a palavra a enfermeira Simone Peruzzo, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem.

Sra. Simone Peruzzo (Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem)

A SRA. SIMONE PERUZZO

Exmo. Sr. Deputado Hermas Eurides Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, representando a Câmara Federal; Ilma. Sra. Maria Goretti David Lopes, Presidente do Conselho Estadual de Saúde; Ilmo. Sr. Ney Hamilton Michaud, representando a Dra. Alice Michaud, *in memoriam*; Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; e Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Deputada Elza Correia, amiga, ao cumprimentá-la quero agradecer o apoio e saudar a todos os Deputados desta Casa.

Ilma. Diretora de Educação da Associação Brasileira de Enfermagem Nacional, professora Carmem Kalinoski.

Cara colega Maria Goretti David Lopes, Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná; caros colegas profissionais da assistência e do ensino de enfermagem; caríssimos estudantes; senhoras e senhores.

(Lê):

“66ª Semana Brasileira de Enfermagem - 12 a 20 de maio de 2005, cujo tema central da Semana deste ano está voltado para ‘A Bioética e os modos de ser na Enfermagem’. São 66 semanas científico-culturais, 80 anos de ABEn em 2006 e 50 anos de ABEn no Paraná.

Dia 16 de maio - ‘Luta da Enfermagem Brasileira contra a impunidade’.

Pautado em cinco itens, este dia de Luta da Enfermagem Brasileira contra a Impunidade, reivindica, consolida e aponta:

1. repudiamos a guerra e todo o tipo de violência, pois estamos empenhados na construção de uma cultura da paz.

Com trabalhadores da área da saúde, somos defensores do Sistema Único de Saúde, por entendermos que a saúde é dever do Estado e direito de todo cidadão, principalmente em se tratando de um país de terceiro mundo, capitalista, caracterizado pelas desigualdades sociais. Defendemos também o ensino público e de qualidade. E sabemos que a violência que enfrentamos está diretamente relacionada à exclusão social.

2. Lutamos pela valorização e dignidade dos trabalhadores de saúde.

Somos mais de 47 mil trabalhadores no Paraná e mais de um milhão de trabalhadores no Brasil, 90% mulheres, mesmo assim não dispomos, até a presente data, de uma legislação própria, garantindo a redução da carga horária para 30 horas semanais.

Vale lembrar que esta categoria é a única que permanece na assistência durante as 24 horas por dia, nas instituições de saúde, independente de feriados e finais de semana. Não dispomos de piso salarial que traduza a humanização preconizada pelos programas de nossos governos, uma vez que o salário de um profissional de nível médio é cerca de dois salários-mínimos e de um profissional de nível superior quatro salários-mínimos por mês, forçando o cumprimento de dupla e até tripla jornada de trabalho.

Estes fatos atrelados às condições de trabalho, no dia-a-dia, prejudicam nosso desempenho profissional, nos impedindo de usufruir a qualidade de vida tão preconizada e necessária para a pessoa humana, tornando cada vez mais difícil a obtenção do reconhecimento social e a visibilidade desta categoria, que representa mais de 60% da força de trabalho na área de saúde.

3. Mesmo assim, defendemos a prática cidadã e a autonomia da enfermagem, anunciadas por meio do Projeto Político Profissional da Enfermagem Brasileira, construído de forma coletiva e institucionalizado desde 1999.

Estamos avançando na implantação da Sistematização da Assistência, com a Consulta de Enfermagem. A cidade de Curitiba é a primeira capital no Brasil a utilizar a Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPESC), cuja construção do conhecimento se deu no âmbito da ABEn, tornando assim, esta classificação pioneira e cem por cento brasileira.

Conquistamos também, em legislação própria, a possibilidade de realização do parto normal por enfermeiras obstétricas, ampliando nossa cumplicidade e responsabilidade com a saúde das mulheres e o parto humanizado.

4. Reivindicamos o exercício pleno da democracia em todos os órgãos representativos da enfermagem, há mais de uma década sem que haja mudanças na prática na direção do Sistema COFEN/CORENs, com a perpetuação do grupo dirigente, inclusive no Paraná.

A enfermagem perde, a sociedade perde, perdemos todos! A democracia interna foi substituída por processos judiciais, resoluções, decisões elaboradas por poucos conselheiros, que ferem princípios da Constituição brasileira, agredem a autonomia das pessoas e das instituições. A fiscalização do exercício da profissão extrapola no seu poder disciplinador, exagera no uso do poder de polícia, estimula o desemprego, determina a demissão de trabalhadores, expõe o trabalhador a situações vexatórias quando da cobrança da anuidade, muitas vezes indevida; não negocia a eventual dívida, não dialoga a ameaça. Nossos alunos são retirados dos campos de estágios e os

hospitais autuados e multas são aplicadas, caso estes não sigam as orientações daquela autarquia.

A pergunta que não quer calar, nobres Deputados, é a seguinte: é possível e/ou mesmo aceitável que esta autarquia defina sobre tudo e todos, no que diz respeito à enfermagem paranaense? Que tipo de poder é esse que mesmo sendo invariavelmente questionado por inúmeras instâncias, tornou-se intocável, invencível e soberano, atacando a autonomia das pessoas, instituições de saúde e de ensino?

Aponto este questionamento baseado no não cumprimento da grande maioria das recomendações do Ministério Público Federal, do Ministério da Educação e do próprio Conselho Estadual de Educação. Esta mesma autarquia, nos obriga sistematicamente a constituir advogados para toda e qualquer discordância, inclusive quando adentra em nossos espaços de trabalho sem o mínimo respeito, polimento, cuidado e ética.

Esta autarquia, regulada pelo Ministério do Trabalho e que apesar de ter hoje quinze de seus membros presos no Rio de Janeiro, inclusive o Presidente do COFEN, enfermeiro Gilberto Linhares Teixeira, resultado de uma ação da Polícia Federal denominada “Operação Predador”, é acusada do desvio de mais de cinquenta milhões de reais, lavagem de dinheiro, peculato e outros, e o Ministério se diz pressionado e/ou impedido de promover a intervenção no referido Sistema!

A enfermagem brasileira fica sem respostas! A sociedade não compreende, e estamos aqui para socializar todas estas informações e conseqüentemente pedir ajuda.

5. Exigimos também a apuração dos assassinatos de Edma e Marcos Valadão e de outros trabalhadores que tombaram em luta.

Aos nossos colegas ausentes neste dia, temos a dizer, especificamente ao casal Edma e Marcos, grandes lideranças e amigos, que nestes seus anos sem o convívio de vocês, apesar da tristeza, não perdemos a esperança. A justiça será feita.

Srs. Deputados, saibam que, de acordo com a mídia falada e escrita, mais uma vez recai sobre o então Presidente do COFEN, Gilberto Linhares Teixeira agora preso no Rio de Janeiro, a grave acusação de ser o mandante de tais assassinatos.

Para encerrar, deixo aqui registrado o fato ocorrido nesta semana, em que a Presidente do COREN-PR, Jurandir Kern Barbosa, nomeada pelo Sr. Gilberto Linhares, em 1999, e seu grupo, conseguiram mais uma vez inscrever a chapa única para as próximas eleições no referido órgão, que ocorrerá em 03 de junho próximo, mantendo inclusive a modalidade, que se transformou em rotina, a votação por correspondência / via correio. A arbitrariedade neste caso é caracterizada por sermos impedidos de comparecermos às urnas, exercendo a real democracia prevista nos processos eleitorais. Para isso, também buscamos a justiça, infelizmente sem nenhum resultado positivo. Agora aguardamos a adoção de medi-

das cabíveis, proveniente do Ministério Público Federal e que apontam para uma “Ação Civil Pública”.

Declaro aqui que o profissionalismo e a dedicação do Procurador, Dr. Sérgio Botto de Lacerda e seu assessor, Dr. Carlos Gugelmin, frente às demandas dos trabalhadores e seus representantes envolvendo aquela autarquia. O número de denúncias protocoladas àquele órgão, nestes últimos anos, são consideráveis.

Peço, Srs. Deputados, que fique registrado nesta Casa, o nosso reconhecimento e consideração por aquele órgão federal. Enfim, o que nos resta neste curto espaço de tempo em que eleições nos aguardam, acompanhadas de multas para os que não votarem é que de forma consciente e coletiva votemos nulo nesta eleições!

Queremos e temos o direito de exercer a democracia, como trabalhadores e cidadãos. Pedimos que este Parlamento, que sempre esteve atento às nossas reivindicações, que inclusive cobre o resultado do processo eleitoral, pois a história demonstra que aquela autarquia não permitirá que o mesmo seja do conhecimento da enfermagem paranaense.

Como representante da enfermagem paranaense, peço aos nobres Parlamentares desta Casa, que sempre nos acolheu com respeito e dignidade, que assinem o requerimento solicitando a intervenção no referido Sistema, colocando-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Congratulo-me com meus colegas. Agradeço a atenção de todos, e à Deputada Elza Correia, a nossa sincera e eterna gratidão.

Muitíssimo obrigada.”

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar, não só o total apoio às palavras proferidas aqui tanto pela Goretti quanto pela Simone, nesta homenagem que a Deputada Elza faz, porque acredito que o processo eleitoral, além de viciado, é um processo que se repete há anos. Sabemos que hoje no TRF está sendo impetrado uma medida para que a chapa 2 seja reconhecida. E sabemos também que toda essa categoria saberá em quem votar e como tirar o pessoal que está lá há mais de dez anos de uma forma ilegítima.

Gostaria de deixar registrado, foi dito aqui das trinta horas. Tivemos o projeto das trinta horas apresentado e aprovado por esta Casa, infelizmente vetado pelo Governador; faltando apenas cinco votos para derrubada do veto.

Espero que no próximo ano possamos comemorar a Semana de Enfermagem com trinta horas para todos, porque é um direito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido a Deputada Elza Correia para que proceda à entrega do ramalhete de flores à Simone Peruzzo, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem.

(Entrega das flores)

Com a palavra, a Sra. Maria Goretti David Lopes, Presidente do Conselho Estadual de Saúde.

Sra. Maria Goretti David Lopes (Presidente do Conselho Estadual de Saúde)

A SRA. MARIA GORETTI DAVID LOPES

Exmo. Sr. Presidente Pedro Ivo, Deputado Luiz Carlos Hauly, demais Deputados desta Casa. Caríssima Presidente da ABEn/PR, demais colegas e autoridades aqui presentes.

Caríssimos colegas desta profissão que nos honra e que nos dá tanto trabalho, mais uma vez lotando as galerias desta Casa. Isso nos dá a certeza que vale a pena essa luta. Uma hora nós vamos ter sucesso, com transparência, moralização e democratização do sistema COFENS-FORENS.

Estamos aqui nesta Casa para pedir o apoio dos Deputados, porque essa luta precisa do envolvimento de toda a sociedade brasileira, e muito especialmente dos Parlamentares e das autoridades que estão engajadas e precisam de reforço e cobrança por parte da sociedade.

Quero, em nome do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, cumprimentar todos os trabalhadores de enfermagem e passar à leitura da nota à Nação brasileira, apresentada pelas entidades nacionais de enfermagem para que fique registrada nesta Casa. Está acontecendo em todos os Estados brasileiros, mobilizações de todos os trabalhadores de enfermagem pedindo justiça.

(Lê):

“A Associação Brasileira de Enfermagem, a Federação Nacional dos Enfermeiros, seus sindicatos filiados, sindicatos auxiliares e técnicos de enfermagem do Município do Rio de Janeiro, a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem, diante dos fatos e acontecimentos pautados nacionalmente pela chamada ou pela Ação Predador, executada pela Polícia Federal na investigação das denúncias e dos pedidos de prisão preventiva formulados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que culminou na ordem judicial de dezenove mandados de prisão, busca e apreensão no dia 28 de janeiro de 2005, em sete Estados da Federação, envolvendo dirigentes da autarquia pública federal.

O Sistema COFENS/CORENS vem a público informar que este inquérito iniciado em 1997, quando tive a honra de estar presidindo a Associação Brasileira de Enfermagem, vem sendo acompanhado pelas nossas entidades de classe, muito especialmente pela Associação Brasileira de Enfermagem que abrange os sindicatos de enfermagem, neste Brasil, com agendas de mobilização e audiências junto às autoridades públicas para cobrar agilidade nas investigações e, também, junto aos Parlamen-

tares, como estão fazendo na data de hoje, para exigir deles o compromisso político com o estado democrático.

Atuantes e co-responsáveis pelo avanço dos movimentos sociais que este País engendrou nos últimos anos pela ética, pela democracia, pela justiça social e pelo estado de direito, as entidades se organizam para continuar na luta. Colegas, companheiros, vamos continuar sim na luta, precisamos continuar lutando, reafirmando a nossa confiança nas instituições do Estado brasileiro.

Estamos declarando nosso apoio para essa investigação, exigindo do Poder Judiciário a sua breve conclusão, porque já estamos cansados, esperançosos, sim, mas cansados, porque não é de hoje que estamos lutando. Que se preserve a imagem da enfermagem e dos profissionais que são fiscalizados pelo Sistema COFENS/CORENS, que dedicam suas práticas em defesa da vida e ao cuidado da saúde da população brasileira, junto, é claro, aos demais profissionais da saúde neste País”.

Estamos cumprindo com a Constituição da República Federativa do Brasil. Então, queremos, mais uma vez, renovar o nosso pedido de apoio e solidariedade a todos os Deputados que estão aqui, às lideranças que se fazem presentes.

Deputado Hauly, continue articulando na Câmara Federal.

Quero agradecer também à Deputada Clair Flora Martins, ao Deputado Gustavo Fruet, enfim, à Bancada do Paraná, que tem se posicionado, nos dando orgulho na defesa da enfermagem brasileira.

Queremos contagiar, contaminar, informar aos outros Deputados Federais, em todos os Estados, para que possamos aprovar na Câmara Federal, com audiência conjunta entre três Comissões que já aprovaram o requerimento. Vamos fazer, se o Executivo até agora não tomou as medidas competentes e cabíveis, que os Parlamentos possam cobrar essa posição do Executivo Federal.

Quero agradecer, mais uma vez. Vocês sabem que a nossa presença é constante nessa luta e não vamos esmorecer, vamos continuar juntos!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Hauly.

Sr. Luiz Carlos Hauly (Deputado Federal)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY

Exmo. Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Pedro Ivo; Exmos. Srs. Deputados Nelson Garcia, Geraldo Cartário e Elza Correia, grande batalhadora da causa da enfermagem brasileira e de tantas causas sociais do nosso Estado e do nosso País; Sras. e Srs. Deputados; Ilma. Sra. Simone

Peruzzo, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná, também grande batalhadora e grande amiga; Ilma. Sra. Maria Goretti David Lopes, Presidente do Conselho Estadual de Saúde, grande batalhadora que me influenciou bastante nessa luta, ao longo desses anos todos, em defesa da enfermagem brasileira e, principalmente, acionado que fui desde quando a Goretti estabelecia as suas lutas.

Lembro-me da participação das comemorações dos setenta anos da ABEn, depois os 75 anos e agora quase completando oitenta anos de existência e da luta desencadeada em favor da moralização nesta categoria tão batalhadora, tão importante na estrutura, na organização da sociedade brasileira.

Sem dúvida alguma não há saúde pública no Brasil, nem saúde de forma geral sem a participação efetiva das enfermeiras brasileiras. Sessenta por cento do efetivo da saúde são de enfermeiros e enfermeiras, portanto, é mais do que a pedra angular. É muito mais dentro dessa estrutura da engrenagem que envolve médicos, auxiliar de enfermagem, tantas outras profissões na área da saúde, mas a enfermagem é fundamental, e não poderia estar passando por isso.

O Brasil tem um sério problema: a corrupção. Não conseguimos extirpar esse mal da estrutura pública do nosso País e também digo, das estruturas privadas, que às vezes se confundem com as públicas. E a corrupção, o desmando e tantos problemas que aconteceram no sistema nacional e em algumas sessões dos Conselhos de Enfermagem acabaram desaguando na prisão de dezessete pessoas. A corrupção tem que ser combatida porque o preço da liberdade, o preço de uma vida sossegada é alto demais, exige vigilância constante e permanente!

Para que isso ocorra nas categorias profissionais, no caso da autarquia de enfermagem, dos conselhos, é necessário que haja um processo de oxigenação, um processo de purificação e de transparência absoluta dos atos e feitos de todas as categorias.

Não falo neste momento só da área de enfermagem. Falo de todas as demais que têm de estar submetidas a um processo de prestação de contas, de transparência, e não há! Nós sabemos que não há! Tanto é que levamos esse problema para o Congresso. Por inúmeras vezes com requerimentos de nossa autoria, denúncias junto ao Ministério Público.

Há anos venho batalhando em nome desta categoria do Paraná, através dessa associação valorosa, e agora culminamos com três audiências públicas em três comissões temáticas diferentes da Casa, requeridas por Parlamentares de distintos Partidos políticos. Unem-se, como aqui na Assembléia Legislativa do Estado. Tanto Parlamentares da Base do Governo como da Oposição estão unidos na exigência máxima de obtermos a transparência e a elucidação de todos esses casos de corrupção, desmandos e nepotismo, que tem afetado o Sistema do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais.

Portanto, a Comissão de Fiscalização e Controle, com um requerimento de minha autoria, aprovado por unanimidade; a Comissão de Seguridade Social e Saúde da Família, também aprovado por requerimento da Deputada Clair e a Comissão de Trabalho também com outro Parlamentar que apresentou esse requerimento - e o trabalho é árduo - queremos nacionalizar e dar transparência para a grande imprensa nacional debater e discutir este assunto dentro do Congresso Nacional. E este ato, este dia, esta semana brasileira de enfermagem, o dia nacional de luta da enfermagem brasileira contra a impunidade é um ato que culmina com a democratização, a socialização dessas informações que não chegavam a todo o público brasileiro.

Portanto, quero aqui parabenizar essas mulheres valores que estão à frente da Associação Brasileira de Enfermagem, Seção Paraná, do Conselho Estadual de Saúde, através da Goretti e da Simone, em nome de todas as enfermeiras, enfermeiros, que trabalham nesta área. Contem conosco! Estamos na retaguarda de apoio ao trabalho que vocês fazem! Contem conosco mesmo, e tenho a certeza absoluta, da mesma maneira a Deputada Elza, e todos os Deputados e Deputadas da Assembléia Legislativa do Paraná estarão também apoiando, porque queremos eliminar essa chaga do nosso País, que é a corrupção.

Muito obrigado.

Encerramento da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Essa Presidência quer agradecer à presença de todos que aqui compareceram, bem como à Deputada Elza e todos aqueles que contribuíram para trazer na pauta do dia de hoje esse importante assunto.

(Sessão suspensa para os cumprimentos)

Reabertura da Sessão Ordinária:

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Geraldo Cartário**)

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

“ELO SOCIAL BRASIL
Gabinete da Presidência Nacional

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

OFÍCIO Nº 082/2005

Instituto Ponto de Equilíbrio - Elo Social Brasil, instituição social sem fins lucrativos criada nos termos dos parágrafos XVII e XVIII do artigo 5º da Constituição da República do Brasil, e do artigo 16 do Decreto 678 de 06/11/1992, representada neste ato por seu Diretor-Presidente e Advogado Dr. Jomatelino dos Santos Teixeira, OAB 54.685/SP e OMS 001/SP, vem respeitosamente a presença de V. Exa. a fim de:

Notificá-lo extra judicialmente do decurso de prazo para fornecimento da certidão de prazo para fornecimento da certidão requerida em nosso Ofício nº 170/2004 de 21/12/2004, cujo a cópia segue em anexo.

Dos Fatos

Conforme consta nos objetivos da Notificação acima referenda a Notificação criou a DOE - Delegacia de Operações Especiais, do Elo Social Brasil, a nível federal e encontra-se em vias de implantá-la neste Estado.

É de responsabilidade de V. Exa. dar ciência a todos os Parlamentares desta Casa, a exemplo do procedimento adotado pela Presidência da Câmara dos Deputados Federais, na época exercida pelo Ilmo Sr. Dr. João Paulo Cunha.

O silêncio por parte desta Casa Legislativa, nos causou estranheza, mesmo porque, é indiscutível a credibilidade da Lei nº 6.538 de 1978 que dá fé pública aos Correios e Telégrafos.

Com o intuito de evitar qualquer desencontro de informação que venha no futuro prejudicar. Notificante e Noticiada, e como o projeto é de apoio ao Governador e não de afronta ao Governo, visando como um todo o exercício pleno da cidadania, decidiu nossa diretora, antes de tomar qualquer medida judicial contra este Governo, fundada em omissão e improbidade administrativa, determinar o comparecimento pessoal de um de nossos diretores neste Estado para proceder à Notificação pessoal.

Da Omissão

O não responder é a cristalina e milenar forma de praticar a omissão.

“a aplicação das leis é mais importante do que sua elaboração.”

Thomas Jefferson

“com a ícone Valquiria Aparecida Caponi, aprendeu-se que a omissão por parte de quem tem o poder gera a inaplicabilidade da lei dos homens contrariando a Lei de Deus e sempre causando um mal maior aos indefesos.”

Dr. Leno 28/08/04

“o cidadão brasileiro pensa que quem faz a justiça é o Judiciário. No entanto, a solução muitas vezes está no Executivo, que depende do Legislativo.”

Dr. Leno 04/09/04

“observando-se no entanto, que em direito o meio justifica o fim mais não este aquele.”

Min. Marco Aurélio STF Pet 3167 DOU 26/06/04

Dos Requerimentos

a) A instituição Notificante reintera em todos os termos o pedido de certidão requerido na certidão constante da Notificação ora reinterada.

b) Junta-se neste ano, além da cópia da Notificação anteriormente formulada, cópia na íntegra do Ato Deliberativo nº 001 que criou a DOE - Delegacia de Operações Especiais, para serem publicados, vez que os mesmos poderão ter sido extraviados neste Estado.

c) Junta-se também para conhecimento de V. Exa. e de sua assessoria jurídica, cópia do Parecer nº 4.908/2005 do Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, emitido nos autos do *Habeas Data* 115/DF (2004/0185298-9), datado de 16/03/2005, a fim de que não paire dúvidas sobre as fundamentais legais enfocadas na Notificação.

Do Local para Envio da Certidão

Rua Cecília Bonilha nº 145

São Paulo-SP - CEP: 02919-000

Colho o ensejo para expressar a V. Exa. protestos de elevado apreço e distinta consideração.

São Paulo, 01 de maio de 2005.

(a) DR. JOMATELENO S. TEIXEIRA(OAB 54685/SP)”

Diretor Presidente

Instituto Ponto de Equilíbrio - Elo Social Brasil

“ELO SOCIAL BRASIL

Gabinete da Presidência Nacional

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Hermas Eurides Brandão

OFÍCIO Nº 170/2004

Instituto Ponto de Equilíbrio - Elo Social Brasil, instituição social sem fins lucrativos criada nos termos dos parágrafos XVII e XVIII do artigo 5º da Constituição da República do Brasil, representada neste ato por seu Presidente e Advogado que a esta subscreve, interpor a presente

Notificação

Extra-Judicial, através da fé pública que é conferida ao serviço de Correios e Telégrafos conforme Lei nº 6.538 de 1978.

Dos Objetivos da Notificação

Requer a V. Exa. que dê ciência a todos os Parlamentares dessa Casa, sob pena de responsabilidade e improbidade administrativa, da criação a nível nacional e implantação futura neste Estado da DOE - Delegacia de Operações Especiais, do Elo Social Brasil.

O projeto foi arquivado pela Controladoria Geral da União através do Processo nº 00.190.0026745/002-73, Comunicado nº 038/2003/CGU-PR, o que ocorreu nos moldes dos artigos 18 a 24 da Constituição Federal de 1988.

O texto do projeto foi criado e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada pela Notifi-

cante em 18 de abril de 2001 e levado a termo em 01 de maio de 2002 através do Ato Deliberativo 001 devidamente registrado sob o nº 278.743 junto ao 1º RTD-SP.

Em 16 de novembro de 2004, o projeto foi reconhecido pela Câmara dos Deputados Federais, Ofício nº SGM/P 2301/2004, através do qual o Ilmo Sr. Dr. Presidente João Paulo Cunha, determinou a publicação na íntegra do projeto no diário da Câmara dos Deputados para conhecimento de todos os Parlamentares.

Do Pedido de Certidão

A Instituição Notificante requer que logo após ser dado ciência a todos os Parlamentares, seja expedida certidão nos termos do artigo 5º parágrafo XXXIV letra “B” da CF e da Lei nº 9.051 de 18 de maio de 1995 em seus artigos 1º e 2º, para preservação de direitos futuros pois a instituição pretende se instalar neste Estado como uma colaboradora e não como uma adversária ao Governo.

A atuação do DOE Delegacia de Operações Especiais do Elo Social Brasil, não se configura como poder de polícia, vez que este só pode e só deve ser usado por órgãos governamentais. No entanto, a DOE, atuará nos moldes que a lei lhe faculta através de Decreto-Lei 3.688 de 08/10/41 artigo 66. CF artigo 5º parágrafo LXXIII, e Código de Processo Penal artigos 5º, parágrafo 3º, artigo 27.

O constante no parágrafo antecedente é para justificar os motivos do requerimento da certidão, nos moldes preconizados no artigo 2º da Lei nº 9.051 que servirá para preservação de direitos.

Da Omissão

A omissão por parte da autoridade Notificada, será interpretada pela Notificante, como crime de responsabilidade e improbidade administrativa, bem como também um afronto à fé pública de documentos, artigo 19 II da CF.

Da Implantação dos Projetos

A Notificante pretende implantar os projetos assim que inspirar os prazos para que a Notificada dê ciência a seu secretariado, extensivo a todos os funcionários públicos desse Estado, após o quê gostaria de se fazer receber em audiência com este Governo inicial e posteriormente com o Secretariado, a fim de proceder à apresentação individual de nossos projetos e programa.

Do Local para Envio da Certidão

A certidão pleiteada bem como a cópia da publicação que deu ciência aos Parlamentares desse Estado (duas vias) devem ser enviadas para à Rua Jaime Vom Rosemburg - 58 - V. Bonilha - São Paulo-SP - CEP: 02918-190.

Colho o ensejo para expressar a V. Exa, protestos de elevado apreço e distinta consideração.

São Paulo, 21 de dezembro de 2004.

(a) DR. JOMATELENO S. TEIXEIRA(OAB 54685/SP)”

Diretor Presidente

Instituto Pronto de Equilíbrio - Elo Social Brasil

Indicações

INDICAÇÃO Nº 018/2005

Indico à Mesa Diretora na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando envio de mensagem a esta Assembléia Legislativa.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Secretaria Estadual Antidrogas, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º A Secretaria Estadual Antidrogas assumirá, dentre outras, as atribuições anteriormente destinadas ao Conselho Estadual Antidrogas.

Art. 3º As despesas provenientes da publicação desta lei ocorrerão por conta do orçamento do Estado do Paraná, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05. 2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A propositura visa dar um caráter maior para a reorientação, às políticas públicas voltadas para o tratamento de drogados no Estado do Paraná, através de uma Secretaria Estadual Antidrogas.

INDICAÇÃO Nº 019/2005

Indico à Mesa, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando envio de mensagem a esta Assembléia Legislativa, de acordo com o anteprojeto de lei.

Art. 1º A Secretaria da Segurança Pública, através do órgão competente, dará publicidade mensal de todos os veículos recuperados pelos órgãos de segurança, contendo as características de cada veículo, data de recuperação e local onde se encontram acautelados.

Art. 2º A relação deverá ser mensal, elaborada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, encaminhada, obrigatoriamente, aos órgãos da imprensa, afixada em todas as repartições policiais do Estado e divulgada por meio da internet, através da página do Governo do Estado.

Art. 3º Transcorridos 3 (três) anos da recuperação, o veículo que não for resgatado por seu legítimo dono poderá ser leiloadado pelo Estado, esgotado as providências de localização do proprietário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05. 2005.

(a) MAURO MORAES

INDICAÇÃO Nº 020/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva e Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual Duílio Genari, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se V. Exas. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Que seja estadualizado o trecho da Rodovia “Desembargador Edmundo Mercer” que liga a sede do Município de Formosa do Oeste à localidade de Consolata, com extensão de seis quilômetros, e executado com urgência a recuperação asfáltica.

Sala das Sessões, em 16.05. 2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos a presente indicação atendendo pedido dos Vereadores da Câmara Municipal de Formosa do Oeste, em conformidade com sua Indicação de nº 53, assinada por cinco Vereadores.

Trata-se de importante trecho de rodovia, que serve grande número de propriedades rurais que produzem e geram riquezas para ser transportadas e escoadas, bem como, atende um bom número de alunos com o transporte escolar.

A estadualização e conseqüente recuperação asfáltica da rodovia será a redenção e tirará de todos os municípios da situação aflitiva, cujo trecho oferece riscos e perigos pelo seu péssimo estado de conservação, visto a dificuldade do Município em obter recursos para a sua manutenção.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 209/2004, 008/2005 e 043/2005, itens 05, 14 e 16 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 008/2005, item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 1399

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 043/2005 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 209/2004, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja aprovado pedido de destaque para Proposição nº 066/2004, ao Projeto de Lei nº 503/2003.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação da Proposição nº 016/2005, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação nominal para os Projetos de Lei nºs 209/2004; 008 e 045/2005 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da pre-

sente Sessão (Proposição de Veto: 066/2004; 016, 025 e 029/2005 respectivamente).

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 271/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É vedado às concessionárias de obras e serviços que utilizem a malha ferroviária do Estado do Paraná, proceder à desativação de trechos mediante a remoção da infra-estrutura.

§ 1º. Deve-se entender por infra-estrutura todo o conjunto de bens móveis e imóveis imprescindíveis ao regular desempenho da atividade de transporte férreo, tais como os trilhos metálicos, dormentes e pontes.

§ 2º. Os contratos de concessão já vigentes ou os que estejam por resultar de licitação ainda não homologada, serão considerados derogados na parte que infringir dispositivos desta lei.

Art. 2º A remoção do material de infra-estrutura dos trechos e ramais não utilizados somente poderá ser realizada mediante expressa anuência da municipalidade em cujo território se encontre o trecho em desativação, sendo também imprescindível a manifestação favorável das Secretarias dos Transportes, do Turismo, e da Cultura, através do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico.

Art. 3º A remoção da infra-estrutura somente poderá ser executada pelo Governo do Estado ou por quem for por ele expressamente autorizado para tal fim.

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese será permitida a venda direta do material removido.

Art. 4º As concessionárias de transporte férreo serão instaladas a especificar os trechos e ramais que não serão utilizados.

Parágrafo Único. Incumbe ao Poder Executivo Estadual a competência para fiscalizar a veracidade das informações prestadas, bem como o estudo de rotas alternativas, destinado a evitar entrecortes nos trechos excluídos de utilização.

Art. 4º O Poder Público incentivará a exploração turística dos trechos ferroviários desativados, a geração de empregos no turismo e em ramos afins, buscando a exploração racional e a preservação do meio ambiente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole exclusivamente administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe de regra a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicados de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

As concessionárias das ferrovias, que receberam a incumbência de zelar pelo patrimônio público cujo uso lhes foi entregue, têm destruído e feito vender como sucata, estradas de ferro por inteiro, desbordando abertamente do conteúdo do contrato de concessão, que não trata de obras, mas de serviço público, e não de desserviço, de desmanche.

Essa dilapidação de patrimônio público, ferroviário, em ramais apontados pela concessionária como “anti-econômicos”, impede seu futuro uso, seja turístico, seja estratégico e econômico - já que economicamente é um conceito dinâmico e variável.

É sabido que as infra-estruturas ferroviárias, se comparadas às necessárias para qualquer outro tipo de transporte, são de longuíssima duração. Os metrô e ramais de acesso suburbano de cidades como Londres, Nova Iorque e Paris remontam à metade do século XIX. O metrô de Buenos Aires e seus acessos ferroviários datam de 1916. A ferrovia Curitiba-Paranaguá, monumento nacional, obra de genialidade da engenharia ao tempo do Império, é de 1880-1885.

Dos Trechos e Ramais Desativados

Pesquisa rápida mostra a desativação da ALL das ferrovias, nos trechos:

01 - Morretes - Antonina;

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

02 - Marques dos Reis - Jacarezinho - Siqueira Campos - Wenceslau Braz;

03 - Ramal para o oeste, Wenceslau Braz - Lysímaco Costa.

04 - Wenceslau Braz - Jaguaraíva;

05 - Ramal para o nordeste, Jaguaraíva - Sengés - Itararé;

06 - Jaguaraíva - Raul Mesquita;

07 - Ramal para noroeste, Raul Mesquita - Ventania / Ventania - Harmonia;

08 - Raul Mesquita - Castro - Ponta Grossa - Engenheiro Gutierrez - Marechal Mallet - União da Vitória / Porto União (e dali por dentro de SC até Marcelino Ramos no RS, passando por Caçador, Videira e Erval do Oeste)

09 - Ramal leste União da Vitória (PR) - Canoinhas (SC) - Rio Negro (PR);

10 - Na região norte do Paraná, o trecho Maringá - Jussara - Cianorte.

Da Inconveniência e do Prejuízo da Desativação

Não é de hoje que o Paraná tem visto a desativação dos trechos ferroviários por inteiro, que utilizam os trilhos. No Norte Pioneiro há fazendas que utilizam os trilhos como suporte de cercas, para arenas de leilão e piquete de gado, tais como a Fazenda Agrocere. Na arquitetura com materiais recicláveis é muito apreciado o uso dos velhos dormentes de estrada de ferro.

Para se ter idéia do potencial econômico dessas ferrovias, o megaempresário britânico Sherwood, dos Hotéis Cipriani e Copacabana Palace, e das ferrovias "Orient Express", quando fui Ministro do Turismo do Brasil, propôs a utilização de "ferrovias desativadas, sem transporte de cargas", para instalar no Brasil uma subsidiária do trem mágico "Orient Express", criando rota de uso inusitado no Brasil e de forte potencial de atração turística nacional e internacional.

Na Capital do Estado há o discutível projeto de desativação - e desmanche - do ramal Curitiba - Almirante Tamandaré - Rio Branco do Sul - Cerro Azul, que poderia, com a inteligência que supera a que inspirou a iniciativa do desmanche, ser aproveitado, seja para roteiro de turismo metropolitano, seja para transporte de massa de passageiros - qual metrô de superfície - conforme estudo já feito pelo urbanista Lolô Cornelsen.

Da Possibilidade de Remoção da Ferrovia

Insta asseverar que o projeto não busca proibir de forma radical a retirada das ferrovias, pois se o fizesse faltar-lhe-ia tanta visão de futuro quanto a que levou à remoção que hoje se faz. Há a expressa ressalva de que havendo previsão de, em se constatando o real desejo estratégico ou urbanístico, os trilhos podem e devem ser removidos, cabendo ao Governo do Estado determinar o destino e o proveito do material extraído.

A lei apenas permitirá a remoção e desmanche de ramais ferroviários - quando da resolução aprovada pelas

Prefeituras locais e pelo Governador do Estado, ouvidas as Secretarias dos Transportes, do Turismo, e da Cultura, através do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico.

Conclusão

As concessionárias não têm delegação de poder para desmanchar, destruir, dilapidar e remover o patrimônio público estadual, mas apenas para prestar serviço público de transporte de cargas. Não se pode perder de vista esta verdade. Assim é o espírito dessa lei.

PROJETO DE LEI Nº 272/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Aquele que praticar pichação ou quem, de qualquer forma, concorrer para tal prática, na medida da sua culpabilidade é passível de pena de detenção, de três meses a um ano, e multa estabelecida pela autoridade competente, na forma da legislação federal vigente.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de seis meses a um ano de detenção e multa.

§ 2º Se quem pratica a pichação for menor de idade, comete um ato infracional, deverá ser encaminhado à Delegacia própria ou a mais próxima onde será feito um termo circunstanciado descrevendo o problema que o jovem causou, respondendo na forma da lei o seu responsável, sem prejuízo das possíveis medidas sócio-econômicas que lhe forem determinadas pela autoridade judiciária competente.

Art. 2º Cada Cidade poderá instituir o seu "disque-denúncia", dentro das normas de segurança vigentes, para o recebimento das informações que possam auxiliar na investigação destinada a punir os pichadores e os demais infratores da lei, sendo tais informações rigorosamente tidas como "cooperação de forma sigiloso" com as autoridades constituídas.

Art. 3º As autoridades estaduais e municipais em busca de alternativas ocupacionais sadias diligenciarão no sentido de constituir em espaços próprios pistas de skate, locais para a prática adequada de rapel e de outras atividades que possam constituir lazer e ocupação para todos os jovens, facilitando parcerias e/ou cooperações com as Organizações Não Governamentais (ONG's) legalmente constituídas, inclusive, para atividades voltadas para a prática de esportes radicais.

Art. 4º Além da lei que dispõe sobre as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, no que couber, aplicam-se subsidiariamente a esta lei as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal, bem como, os demais institutos legais cabíveis.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Constitui uma verdadeira praga e um profundo desrespeito pelas Cidades as pichações degradantes que observamos no dia-a-dia. É intolerável a agressão provocada pelos pichadores, que degradam de forma irresponsável e absurda, monumentos, viadutos, edifícios públicos e particulares e tantos outros locais que mereciam e merecem serem preservados. O Poder Público não pode ser omissor na defesa do cidadão e do espaço público e a população precisa colaborar denunciando os infratores da lei para que estes sejam exemplarmente punidos. Não há dúvida de que todo tipo de vandalismo praticado contra o patrimônio público ou privado deve ser punido com rigor.

Além de constituir crime previsto em lei federal, os integrantes de grupos ou gangues de pichadores e desocupados, chegam a desafiar o impossível escalando enormes edifícios sem sequer contar com os aparatos mínimos de segurança, colocando em risco até a própria vida e a dos outros, uns sob a simples alegação de que é protesto puro, outros, de que se trata de uma forma de aventura e de estímulo à adrenalina e, ao final, é a população quem acaba pagando a conta muito cara para a reparação do seu patrimônio, conquistado na maioria das vezes com enormes sacrifícios e, quando se trata de obras públicas, em embora indiretamente, também é onerada.

Medidas sócio-educativas, repressivas ou ocupacionais precisam ser implementadas para banir esta prática absurda, devendo-se tentar todo os demais tipos de medidas em busca de uma forma que possa solucionar ou pelo menos minimizar tamanho absurdo.

Por ser tratar de um projeto de lei oportuno, necessário e em defesa do patrimônio público e dos interesses da população, que não colide de qualquer modo com a legislação ordinária (Lei Federal nº 9.605/98), que não cria, institui ou modifica qualquer modalidade de crime, bem como penalidade, e nem apresenta obstáculo constitucional, apenas destacando o tema que é de extrema relevância, solicito a colaboração dos nobres colegas Parlamentares para tentar colocar um basta em tão chocante agressão.

PROJETO DE LEI Nº 273/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Será prioritária a implantação nas escolas vinculadas às coordenadorias regionais metropolitanas.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - Formar Grupos de Trabalho para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisando suas causas e apontando possíveis soluções;

II - Desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigidas às crianças, adolescentes e à comunidade;

III - Capacitar a escola para constituir-se em núcleo e centro promotor da paz e da cultura de paz;

IV - Implementar ações voltadas ao combate à violência na escola, com vistas a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

V - Desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;

VI - Garantir a formação de todos os integrantes do Grupo de Trabalho, aí incluídos o corpo docente, os servidores operacionais da rede de ensino, bem como os membros da comunidade, para prepará-los para a prevenção da violência na escola.

VII - Criar espaços de apoio às crianças, adolescentes e jovens vítimas da violência.

Parágrafo Único. Os Grupos de Trabalho, tratados no inciso I deste artigo, serão abertos e formados por professores, funcionários, especialistas da área de educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligada a cada escola.

Art. 3º As ações do Programa serão desenvolvidas através do Núcleo Central, Núcleos Regionais e Grupos de Trabalho, conforme previstos na presente lei.

Art. 4º O Núcleo Central, ligado à Secretaria da Educação, trará as diretrizes, dará suporte ao desenvolvimento e terá composição intersecretarial e multiprofissional, com a participação de:

I - técnicos das Secretarias Estaduais:

a) de Educação;

b) de Saúde;

c) de Infância e da Juventude;

d) de Justiça e Direitos do Cidadão;

e) de Segurança Pública.

II - técnicos de entidades não governamentais:

a) Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade do Estado do Paraná;

b) Comissão de Direitos Humanos de Ordem dos Advogados do Brasil;

c) UNESCO;

d) Demais entidades, que possam contribuir nas áreas da psicologia, das ciências sociais e jurídicas, abrangidas pelo Programa.

Parágrafo Único. O Núcleo Central garantirá a realização de estudos e pesquisas e a divulgação do material produzido nas unidades escolares.

Art. 5º Os Núcleos Regionais, ligados às coordenadorias regionais, estabelecerão conexão entre o Núcleo Central e os Grupos de Trabalho e darão retaguarda às

ações de intervenção, podendo ter a seguinte composição:

I - técnicos das seguintes Secretarias de Estado e dos Municípios:

- a) de Educação;
- b) de Saúde;
- c) da Criança, Família e Bem-Estar Social e das Secretarias Municipais da Promoção Social;
- d) de Justiça e de Defesa da Cidadania e das Secretarias Municipais de Assuntos Jurídicos;
- e) de Segurança Pública.

II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- a) Estudantis;
- b) Conselhos Municipais de Educação;
- c) Conselhos Municipais de Saúde;
- d) Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- e) Conselhos Tutelares;
- f) Promotorias da Infância e da Juventude;
- g) Associações de Moradores;
- h) Demais representantes de sociedade civil e de entidades públicas ou privadas que possam contribuir para os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no Programa.

Art. 6º Os grupos de trabalho compostos na forma do parágrafo único do artigo 2º, atuarão nas unidades escolares e contarão com a retaguarda do núcleo regional e com suporte do núcleo central.

Art. 7º O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não, obedecidos os requisitos legais que possam subsidiar o trabalho dos Grupos de Trabalho nas escolas.

Art. 8º O programa poderá ser estendido às escolas particulares que constituírem Grupo de Trabalho na forma desta lei.

Art. 9º Ao Poder Executivo caberá regulamentar esta lei com a maior brevidade possível.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada órgão público envolvido no programa.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

As escolas sofrem, no seu cotidiano, vários tipos de violência, como depredações, furtos de merendas e equipamentos, agressões a usuários e funcionários, ameaças, consumo e tráfico de drogas, invasões dos prédios para lazer ou prática de outros atos infracionais. Dados

recentes indicam que os acusados dos atos de agressão à escola são, vias de regra, jovens ex-alunos, moradores do bairro, portanto, membros da comunidade. Da condição de ex-alunos, passam a ser considerados pela escola como “delinquentes” ou “elementos suspeitos”.

As drogas, lícitas ou não, também chegam à escola. Cada vez mais o diretor e o professor se deparam com o uso de álcool entre os jovens, num primeiro momento. Todavia, os educadores não foram preparados para orientar ou encaminhar esses jovens para atendimento extra-escola e tampouco contam com estrutura que dê conta dessa demanda. Além do uso de álcool, o uso de outras drogas está assustando muito a comunidade e a escola não sabe lidar com as conseqüências do seu uso. Algumas delas, como desinteresse e absenteísmo, levam o aluno ao abandono dos estudos e ajudam a elevar os números da evasão escolar e repetência. A própria ineficácia do sistema propicia, em parte, as perdas por evasão e repetência, daqueles que serão os futuros cidadãos.

Preocupados com o problema da violência, vivenciado em quase todos os Municípios do Estado, apresentamos a presente proposição visando colocar à disposição da sociedade um instrumento prático de prevenção para fazer face a tal problema.

PROJETO DE LEI Nº 274/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criando no Estado do Paraná o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário.

Art. 2º O Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná destina-se de coletar, armazenar em condições adequadas e colocar seus estoques à disposição das instituições Públicas ou Privadas, reconhecidas pelo Ministério da Saúde, destinadas à pesquisa com célula-tronco ou quaisquer outras finalidades compreendidas por legislação específica.

Art. 3º O material destinado ao Banco de Cordão Umbilical e Placentário do Estado do Paraná, será coletado em todas as unidades públicas de saúde do Estado do Paraná ou unidades particulares de saúde mediante convênio com o Poder Público aonde ocorrerem partos.

Art. 4º Os pais ou responsáveis legais dos recém-nascidos, deverão ser informados pela unidade de saúde aonde ocorrer o parto, do procedimento a ser adotado para coleta do material, assim como suas possíveis aplicações, podendo os mesmos vetar tal prática.

Art. 5º O material coletado nas unidades de saúde não poderá ser objeto de qualquer transação comercial por parte de qualquer instituição, tanto privada como pública.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

As células-tronco representam hoje a fronteira da medicina. Estas células apresentam a particularidade de conseguirem multiplicar-se tendo como molde o próprio órgão da qual fazem parte e duplicar-se com igual característica dos diferentes tecidos das quais estejam inseridas. Sua utilização ainda incipiente apresenta resultados que superam até mesmo as previsões mais otimistas daqueles que trabalham com a questão. Inúmeras patologias que hoje se mostram irreversíveis, no seu curso destruidor da vida humana ou impedem uma qualidade mínima de vida a milhões de pessoas, poderão, num futuro próximo, deixar de existir. As possibilidades de utilização das células-tronco embrionárias mostram-se em diferentes estudos realizados nos principais centros de pesquisa do Brasil e do mundo, como um potencial imensurável.

A disponibilidade representada por um banco de sangue de cordão umbilical e placentário, aumenta de forma significa a possibilidade de encontrarmos doadores compatíveis para transplante de medula óssea. Quando esse mesmo doador localiza-se em território nacional, as chances de haver compatibilidade são aumentadas em trinta vezes em função das características genéticas da população brasileira.

As resistências à utilização de células-tronco para fins terapêuticos já foram vencidas nacionalmente com a aprovação no Congresso Nacional da Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005 - Lei de Biossegurança.

A aprovação do presente dispositivo legal apresenta inúmeros benefícios para o sistema de saúde do Brasil; redução do custo das unidades de sangue de cordão umbilical, de algo em torno de R\$ 96 mil nos centros internacionais, para R\$ 3 mil quando realizado dentro do País, aumento da possibilidade de transplante de medula óssea e inserindo o Paraná na vanguarda da pesquisa científica mundial.

PROJETO DE LEI Nº 275/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder à extinção da alíquota do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços incidente sobre a comercialização de equipamentos destinados a deficientes físicos ou paraplegicos, como cadeira de rodas motorizadas ou não, muletas e similares.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Os próprios hospitais, em sua grande maioria, dada à crítica situação financeira que atravessam, encontram dificuldades na aquisição desses equipamentos para atender os seus internos. Essas dificuldades são sentidas mais ainda, pelos portadores de problemas impeditivos de suas necessidades de locomoção.

Daí a razão maior da busca do apoio de parte dos nobres colegas desta Casa, para a aprovação do projeto de lei ora apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 276/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Incentivo ao Esporte, com a emissão de bônus pelo Governo do Estado, visando incremento ao esporte amador, apoio à participação em eventos de alto nível, esportes olímpicos, esportes educacionais, esportes paraolímpicos, projetos de iniciação esportiva, projetos esportivos voltados para a qualidade de vida e saúde e melhoria, a ser concedidos a pessoas físicas e jurídicas.

§ 1º O incentivo referido no *caput* deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor, de qualquer modalidade esportiva do Estado, de doação, patrocínio ou investimento, de bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

§ 2º Os portadores dos bônus poderão utilizá-los para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -, Imposto sobre Transmissão de Bens *causa mortis* -, e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores -, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

§ 3º Para efeito de pagamento, nos termos do parágrafo anterior, o valor do bônus sofrerá desconto de 30% (trinta por cento).

Art. 2º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.

Art. 3º O Poder Executivo instituirá Comissão destinada a avaliar os projetos que serão objeto de incentivo.

Art. 4º Aprovado o projeto, será encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda para a emissão dos bônus.

Art. 5º Os bônus terão validade para sua utilização de 5 (cinco) anos, a contar de sua emissão, corrigidos

mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto.

Art. 6º Os eventos esportivos e atletas beneficiados com o incentivo disposto nesta lei, divulgarão o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná.

Art. 7º Fica autorizado a criação do Fundo Especial de Promoção das Atividades Esportivas, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

É fundamental reconhecer a necessidade de o Poder Público fomentar o esporte.

É dever do Estado assegurar o direito constitucional de acesso às atividades esportivas e de lazer a toda a população, independentemente da condição sócio-econômica ou necessidade especial de qualquer natureza, e do estágio de ciclo de vida de seus distintos segmentos.

Mas isso só se realiza de maneira plena em ambiente democrático, como este em que vivemos no Brasil e no Paraná.

Com a criação de incentivo ao esporte, será possível articular políticas públicas destinadas ao surgimento de aptidões desportivas, integrando ações entre os setores público e privado na promoção e gestão estadual de competições, segundo regras oficiais adotadas nas diversas modalidades. Também objetiva dar publicidade e transparência de informações do calendário oficial, dos regulamentos e resultados esportivos alcançados.

Agnelo Queiroz enfatizou que “cada dólar investido no esporte, economiza, na saúde, 3.2 dólares”. Esse dado é mais que suficiente para se pensar em política voltada ao incentivo ao esporte.

Vale destacar que a ONU escolheu o ano de 2005 como “Ano Internacional da Educação Física e do Esporte”.

PROJETO DE LEI Nº 277/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta no Estado do Paraná, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas individuais.

§ 1º O valor mensal da Bolsa-Atleta será fixado pelo Poder Executivo, na regulamentação desta lei.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, ficam criadas as categorias Atleta Nacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva no âmbito nacional; Atleta Internacional, relativa aos atletas que tenham participado de competição esportiva

no exterior, e Atleta Olímpico, relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos.

§ 3º Consideram-se modalidades olímpicas individuais aquelas assim reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB.

Art. 2º A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e a Administração Pública Estadual.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deve preencher os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;

III - estar em plena atividade esportiva;

IV - não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário;

V - não receber salário de entidade de prática desportiva;

VI - ter participado de competição esportiva em âmbito estadual, nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado;

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, utilizando recursos nos termos da Lei nº 4320/64, incluindo nos orçamentos seguintes dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O esporte e o lazer devem ser efetivados como políticas públicas essenciais, contribuindo para o desenvolvimento integral do cidadão brasileiro e conseqüente desenvolvimento social da Nação.

Nos países desenvolvidos é evidente o alto investimento no esporte, proporcionando importante inclusão social. Os resultados são colhidos em competições internacionais, quebrando recordes e conquistando visibilidade mundial.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um documento intitulado Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. É um relatório que faz uma análise da situação do esporte no mundo e propõe ações práticas para os Governos. Nele, fica claro que no mundo

inteiro há um movimento no sentido de valorizar mais e mais o esporte, para a melhoria da qualidade de vida no planeta.

Em cada cidadão, em cada nação, o esporte pode desempenhar esse importante papel. Internacionalmente, serve para aproximar povos diferentes, para difundir culturas, para promover a paz. Os eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos, tornam o país-sede conhecido mundialmente, em todos os ângulos, e ajudam até mesmo no intercâmbio comercial entre as nações. O futebol, entre tantos outros exemplos, sempre contribuiu para a difusão dos valores culturais brasileiros, para a ampliação das nossas relações econômicas e de fraternidade com outros povos. Essas características denotam a complexidade do mundo do esporte, e devem ser alvo das preocupações do gestor público estadual.

Por inúmeros fatores, o Brasil tem condições de ser não simplesmente o país do futebol, mas sim, o país de todos os esportes, num sentido amplo, que valorize políticas públicas de esporte e lazer por meio da qualificação e do acesso aos espaços públicos, garantindo programas sistemáticos.

Muitos exemplos podem ser citados, mas ilustramos esta justificativa com a figura de Vanderlei Cordeiro de Lima, medalha de prata na maratona dos últimos jogos olímpicos. Começou sua carreira no interior do Paraná e hoje é atleta mundialmente conhecido não só pelo episódio da maratona, que lhe tirou a medalha de ouro, mas por sua qualidade de atleta de ponta.

A Bolsa-Atleta certamente descortinará novos talentos que estão em todos os Municípios do Paraná, transformando a elite dos esportes individuais, proporcionando importante inclusão social.

PROJETO DE LEI Nº 278/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado, a obrigatoriedade da realização anual de perícia técnica e acompanhamento das condições referentes à construção civil e à engenharia de materiais utilizados em pontes e viadutos integrantes do sistema de rodovias e estradas estaduais, com a respectiva elaboração e divulgação de laudos técnicos.

Parágrafo Único. Incumbirá às concessionárias e/ou permissionárias, bem como à empresa ou órgão do Poder Público responsável, conforme o caso, a responsabilidade pelo cumprimento do quanto exigido no *caput* deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo, através do órgão próprio, regulamentará a presente lei, no prazo de 180 dias da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa, entre outros objetivos, garantir a preservação da vida dos usuários das rodovias e estradas que compõem o sistema viário do Estado do Paraná, numa ação preventiva e responsável da autoridade pública ou de sua permissionária e/ou concessionária. Ademais, a nova forma de administração do Estado pressupõe, entre outras exigências da sociedade, a qualidade no atendimento prestado ao consumidor, através do estabelecimento de quesitos que visem a proteção, a integridade física e a saúde do consumidor.

Temos em mente que, ao se aprovar o presente projeto de lei, estaremos contribuindo, sensivelmente, para que a qualidade dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente, venham a ganhar maior credibilidade junto aos usuários desses serviços, bem como, administrando com maior eficiência, e inclusive economizando o dinheiro público, uma vez que toda ação preventiva, bem programada, evita gastos maiores e indenizações desnecessárias.

Um governo sério se faz com atitudes sérias, e por conseguinte, se constrói um Estado respeitado, que olha por sua população. Por todo o exposto, rogo aos meus Pares que façam valer a sua representação popular, votando favoravelmente a este projeto de lei e, conseqüentemente, a favor da população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 279/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Francisco Beltrão / PR, com sede e foro no Município em referência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei justifica-se, por tal proposição, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo ao longo de seus seis anos de experiência, fundado em 04.12.1998, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão / PR, sem fins lucrativos. Tem por objetivo: defesa e representação da categoria profissional, os trabalhadores rurais assalariados. Visa assegurar melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representados, bem como

a manutenção e a defesa das instituições democráticas brasileiras, conforme o seu Estatuto anexo.

PROJETO DE LEI Nº 280/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Francisco Constantini, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Francisco Constantini é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidades principais a assistência médica para pacientes carentes que necessitam de tratamento na área de cardiologia, a distribuição e concessão de bolsas de estudo em instituições acadêmicas e científicas do ramo, promovendo pesquisas e investigações médicas em geral na área da cardiologia, prestando assistência social e zelando pelo bem-estar de seus pacientes.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual a Fundação Francisco Constantini, do Município de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 281/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado o atendimento médico-ambulatorial especializado às mulheres acometidas de tensão pré-menstrual (TPM), nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. O atendimento de que trata o artigo 1º consiste na orientação sobre os sintomas da tensão pré-menstrual, consultas, palestras e tratamentos.

Art. 2º O acompanhamento periódico preventivo será feito sem prejuízo de outras iniciativas da Secretaria Estadual da Saúde.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Síndrome da Tensão Pré-Menstrual, também conhecida por TPM, é um conjunto de sintomas que ocorrem na segunda metade do ciclo menstrual, podendo

ser tão severos que interfiram significativamente na vida da mulher.

A TPM é uma desordem neuropiscoendócrina com sintomas que afetam a mulher na esfera biológica, psicológica e social.

A tendência hoje é acreditar que a função fisiológica do ovário seja o gatilho que dispara os sintomas da síndrome alterando a atividade da serotonina (neurotransmissor) no sistema nervoso central.

O tratamento depende da severidade dos sintomas e incluem modificações alimentares, comportamentais e tratamentos medicamentosos.

Os sintomas mais comuns são: irritabilidade (nervosismo); ansiedade (alteração de humor com sentimentos de hostilidade e raiva); depressão (com sensação de desvalia, distúrbio do sono, dificuldade de concentração); cefaléia (dor de cabeça); mastalgia (dor ou aumento da sensibilidade das mamas); retenção de líquidos (inchaço ou dor nas pernas); cansaço e desejo por alguns alimentos como chocolates, doces e comidas salgadas.

Deve ser realizado um controle objetivo do ciclo menstrual (através de um diário) pelo período mínimo de dois ciclos. Devem ser excluídos outros transtornos como artrite e depressão, que podem se intensificar nesse período (magnificação pré-menstrual).

O tratamento medicamentoso inclui o manejo específico de cada sintoma e inclui o uso de progesterona, espironolactona, fluoxetina, óleo de prímula, uso de vitaminas (B6, E) ou ingestão de cálcio e magnésio.

As medidas preventivas são importantes e incluem: orientação sobre a não gravidade e sintomas; modificações alimentares com diminuição de gorduras, sal, açúcar e cafeína; fracionamento das refeições; dietas com boas fontes de cálcio e magnésio; para de fumar, fazer exercícios regulares e manejar o estresse.

Por estes motivos acima relatados, o melhor caminho para o tratamento da TPM é consultar um médico ginecologista. E para tal, os estabelecimentos públicos de saúde do Estado deverão ter especialistas para este tipo de tratamento.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida das mulheres que sofrem de tensão pré-menstrual.

PROJETO DE LEI Nº 282/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os jornais editados no Estado do Paraná que publicam, diariamente, colunas de classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas, e profissionais do sexo, ficam obrigatórios a publicar, na mesma página dos anúncios, a seguinte advertência: "Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Disque XXXX".

§ 1º A advertência de que trata o artigo 1º deve ser publicada diariamente, com destaque, em letras versais em negrito, e deve ocupar espaço mínimo de 10 cm (dez de centímetros) por 5 cm (cinco centímetros).

§ 2º O Governo do Estado do Paraná, deverá estabelecer um número de telefone específico para o atendimento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O fenômeno da exploração, abuso sexuais e maus tratos de crianças e adolescentes é um problema que não se restringe ao Brasil; atinge milhões de jovens no mundo inteiro.

A maioria das vítimas de abuso e exploração sexual são do sexo feminino e grande parte delas são negras, evidenciado as relações dominantes de gênero e raça, segundo a pesquisa realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad); apontam que no Brasil 35,7% da população ganham até dois salários mínimos e entre as mulheres o percentual é de 34,9%. A pesquisa revela ainda que 62% dos trabalhadores domésticos ganham até 1 salário mínimo e 90% até dois. Estes números comprovam que a falta de estrutura da população em geral aumenta o risco da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes.

A avaliação quantitativa deste fenômeno é precária, devido a alguns fatores, entre eles o domínio das máfias no mercado do sexo, que cresce economicamente e conta com a apoio de policiais corruptos.

A década de 90 representou um importante marco no combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil no mercado do sexo. Em todo mundo foram realizadas mobilizações através de importantes seminários e congressos, pesquisas e programas de atenção aos vitimados.

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) recebeu no período de fevereiro de 1997 a fevereiro de 2003, 5.070 denúncias, 36% ocorreram em 2002 e 15% em janeiro de 2003. Em 76% dos casos a vítima é do sexo feminino e 37% tem menos de 11 anos. Em Curitiba, no ano passado foram atendidas duzentas crianças e adolescentes, a maioria do sexo feminino (64%), vítimas sofre abuso sexual (faixa etária entre 12 e 18 anos).

Em junho de 2000, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome criou o Projeto Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que assumiu o papel de elaborar e deliberar sobre a política de controle do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Por meio do programa, o Governo Federal atende a determinação do Estatuto da Criança e Adolescente repassado aos Municípios a autonomia para promover ações sociais especializadas dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com violência sexual.

As áreas mais problemáticas são capitais, regiões metropolitanas, regiões portuárias e ribeirinhas, reservas indígenas, entroncamentos rodoviários, zonas de garimpo, áreas com obras de impacto em andamento e pólos turísticos.

O dia 18 de maio foi estabelecido em 2000, pela Lei Federal nº 9.970, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com o objetivo de mobilizar a sociedade e engajá-la no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. A data foi escolhida por ser dia da morte da menina Araceli Cabrera Sanches, uma criança de oito anos, vítima de seqüestro, estupro e assassinato, em Vitória, em 1973.

O objetivo deste projeto de lei é abrir os olhos da sociedade para situação de violência sexual, mas ao mesmo tempo estimular o debate entre pais e educadores sobre a necessidade de políticas públicas que garantam aos jovens tanto o acesso à informação e a programas de educação sexual, como ao exercício do prazer de uma sexualidade saudável e responsável.

É fundamental que a população participe denunciando este crime para que seja punido, mas principalmente para que o jovem tenha a sua sexualidade respeitada.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para evitar às explorações sexuais de crianças e adolescentes.

PROJETO DE LEI Nº 283/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º, da Lei nº 12.909, de 23 de agosto de 2000, alterada pela Lei nº 13.527, de 24 de abril de 2002, passa a vigor acrescido do parágrafo 3º, com a seguinte redação;

“Art. 1º....

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênios com o SICREDI - Sistema Integrado de Crédito Cooperativo e com o SICOB - Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil, para que estas instituições procedam cobrança de recebimento de qualquer tributo do âmbito estadual.”

Art. 2º Acresce artigo, onde couber, ao texto da Lei nº 12.909, de 23 de agosto de 2000, alterada pela Lei nº 13.527, de 24 de abril de 2002, com a seguinte redação:

Art....O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Waldir Leite, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Reni Pereira, Barbosa Neto, Carlos Simões e 1 Ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo, tem como um de seus objetivos a disponibilização à sociedade de uma alternativa democrática para gerir recursos financeiros e prestar serviços bancários em geral, prática que vem se mostrando muito eficiente, contemplando as aspirações, tanto do Estado como de toda a sociedade que se serve desta prestação de serviços, trazendo conforto aos usuários.

A presente proposição, tem o cunho de ampliar os pontos de pagamentos de tributos estaduais para também as SICOBs - Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil, entre este que dispõe de grande sistema estrutural, para bem atender e possibilitar maior agilidade para a recepção de tais recursos.

Nestes sentidos, conclamamos os nobres Pares, Parlamentares deste Poder Legislativo a manifestarem o devido apoioamento à presente iniciativa, que além de amparada pelo princípio da legalidade, visa o interesse público maior, quando disponibiliza meios favoráveis à ampliação da rede de captação de tributos públicos, servindo-se das já estruturadas organizações de crédito SICRED e SICOB, além de bancos e instituições financeiras, casas lotéricas etc.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna hoje para comunicar a esta Casa que na sexta-feira entramos no Tribunal de Contas, solicitando daquela Casa a fiscalização sobre um IPTU que não está pago e não está executado em Curitiba. Por não estar pago, tudo bem. Por não estar executado, é que são elas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga a todo executor de despesa, a todo governante, a todo Executivo, que todo imposto não pago deve ser inscrito em dívida ativa e imediatamente no ano seguinte dado a execução fiscal. Fomos ao Tribunal de Contas com uma denúncia, com prova pré-constituída de que a casa localizada na Rua Vicente Machado nº 334 não está com o seu imposto devidamente quitado, o famoso IPTU. Quanta gente na periferia de Curitiba deixa de comprar a mistura do final de semana, deixa de comprar um presente de natal para seu filho, deixa de comprar um geladeira ou uma máquina de lavar, roupas a prazo, para pagar o IPTU, e no entanto aquela casa na Vicente Machado, 334, está com o imposto atrasado há cinco anos e esse imposto não vem sendo executado pela Procuradoria Jurídica do Município de Curitiba!

E nós, indignados com aquela situação da não execução, não da dívida, porque dever e não poder pagar é até plausível, é de se entender que a pessoa em dificuldade não pode e não paga. Mas o IPTU não pago lá não foi também executado! E nós queremos que o Prefeito anterior, que deixou de fazer a execução fiscal e portanto, incorrendo em crime de responsabilidade, porque contrariou a Lei de Responsabilidade Fiscal, tenha que ser responsabilizado.

Aquela casa, Sras. e Srs. Deputados e meus senhores aqui presentes, nada mais é do que um bem herdado do Sr. Wallace de Mello e Silva que, por herança passou, com a sua morte e a da Srs. Luci Requião, para os cinco irmãos, Wallace Requião de Mello e Silva, Lúcia Requião de Mello e Silva, Maurício Requião de Mello e Silva, Eduardo Requião de Mello e Silva e Roberto Requião de Mello e Silva!

Indignado, sim, porque todo cidadão que deve IPTU em Curitiba e não paga, é executado pela Prefeitura! A Procuradoria do Município entra com Ação de Execução e nós queremos que o Tribunal de Contas investigue essa situação e ofereça conclusivamente, após a auditoria, uma informação para dizer por que não executou, por que aquela casa e aquele imóvel que lá está é diferente dos outros imóveis de Curitiba? Ou seus proprietários é que são diferentes? Qual é realmente o compromisso jurídico que tem o Município de Curitiba com a sociedade, quando trata de forma desigual os devedores?

Pela legislação, tinham que ser tratados de dentro de uma linha de igualdade! Chegou-se a aventar a possibilidade aqui, na semana passada, que o imóvel não teria sido executado em função de um prévio acordo político feito entre o atual Governador do Paraná, que é um dos devedores do IPTU daquela casa, lá na Vicente Machado, 334, e o ex-prefeito Cássio Taniguchi...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, peço desculpas por interromper o seu pronunciamento.

Tivemos um problema na marcação.

Esgotaram-se os cinco minutos e não houve interrupção da palavra.

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

Cinco minutos. A Mesa marcou a desmarcou agora, V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito bem.

Eu quero saber por que é que o Governador Roberto Requião, que é devedor daquele IPTU, não é executado, enquanto milhares de trabalhadores no Paraná e aqui em Curitiba, quando ficam devendo à Prefeitura, são executados no minuto seguinte, no ano seguinte? Será que é o privilégio de ser Senador da República antes e Governador agora? Nós então, pedimos ao Tribunal de Contas para que esclareça essa situação, porque existe uma ansiedade e existe uma pergunta pelo Paraná: Por que o Governador não paga IPTU da casa aqui em Curitiba, enquanto a maioria do povo de Curitiba paga e quando não paga, é executado?

Nós queremos, como disse o Governador quando encaminhou um documento para cá, pedindo uma CPI contra este Deputado, queremos, assim como o senhor, Governador, quer as coisas claras e transparentes, nós, o povo do Paraná, também queremos as coisas claras e transparentes, Sr. Governador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, eu uso esta tribuna, no dia de hoje para trazer a esta Casa, uma denúncia que eu considero das mais graves que nós temos recebido aqui na Assembleia Legislativa, durante esses quatro mandatos que eu exerço como Deputado Estadual.

Caros paranaenses que lotam as galerias no dia de hoje, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ela tem criado Deputado Valdir Rossoni, uma CPI para apurar as questões da reforma Agrária do nosso Estado. Ou seja, apurar a questão fundiária e a agrária. Nós fizemos um trabalho totalmente isento, presidido por nossa pessoa e temos o Deputado Bradock como relator da CPI da Reforma Agrária do Estado do Paraná.

Nós ouvimos denúncias, ouvimos depoimentos e fomos ao campo no interior do Estado do Paraná fazer visitas aos acampamentos, às invasões e aos assentamentos. Constatamos claramente, mais precisamente, na Fazenda ARAUPEL, onde mais de dez mil hectares de matas foram destruídas pelo MST. E nada se fez para coibir isso aí. Nem pelo IAP e nem pelo IBAMA.

Veio o IBAMA agora criar Unidades de Conservação Ambiental e Parques Ecológicos no Estado do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, por que é que o IBAMA não proibiu ou não condenou esse movimento que derrubaram dez mil hectares de Araucárias. E nós constatamos e vimos pessoalmente as Araucárias serem derrubadas e incendiadas. O IBAMA cruzou os braços.

Deputada Cida, no último sábado agora, eu estive em Maringá, na sua cidade, no Encontro Regional do PFL. Recebi naquela cidade uma das denúncias que eu considero gravíssima Sr. Deputado e, peço que todos se possível, por favor, prestem atenção no que é que eu recebi na cidade de Maringá.

- Uma fotocópia do Inquérito Policial assinado pelo Delegado Erandes César Alves, da cidade de Cândido de Abreu.

É o relatório que ele manda, Deputado Anibelli, para a MM Juíza de Diretor da Comarca de Cândido de Abreu.

O que o Delegado deve fazer nesse Município? Apurar irregularidades constatadas numa das fazendas.

O que é que o delegado disse num dos trechos?

Eu não quero vos cansar; são quatro folhas.

Ele escreveu e assinou. Disse, Srs. Deputados: "Ademais por ordem do Secretário da Segurança do Governo do Estado do Paraná, nenhuma das Polícias Civil e Militar, poderão exercer tarefas e atividades contra os sem-terra".

Srs. Deputados, senhores paranaenses onde é que nós estamos? Eu acabo de ligar, agora, para a Comarca, para o Fórum de Cândido de Abreu e falei com o Titular. Ele está levantando esse processo, essas folhas, e eu li só a folha 143 do inquérito que está tramitando naquele Município! Aonde é que nós estamos Deputados? Deputado Bradock, V. Exa. que já foi relator, V. Exa. que já foi Delegado de Polícia, pode um delegado escrever isso num relatório?

Só pode ser verdade! Caso contrário, não! E o que vai acontecer nesta comarca?

Concluo num minuto, Sr. Presidente.

Com toda certeza, no dia de amanhã e depois de amanhã, nós voltaremos à tona com este problema, que é sério, é grave. Espero, sim, que a juíza de direito daquela comarca que recebeu este relatório deste delegado, que tome as providências devidas e que sejam apurados esses fatos - gravíssimos! - narrados pelo delegado de polícia. Não é concebível que nós vivamos num estado destes, no que nos encontramos atualmente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Entre tantas notícias, algumas boas e outras que nos entristecem, na semana que passou uma grande notícia, de uma pesquisa feita pelo IBGE, em todos os Municípios do Brasil, Lei do ICMS Ecológico é a principal fonte de receita dos Municípios ambientais do País.

A Lei do ICMS Ecológico, de minha autoria e aprovada por esta Casa, já foi copiada por doze Estados brasileiros. A lei já repassou perto de um bilhão de reais para os Municípios que preservam o meio ambiente. Aí vai a minha saudação ao Governador Roberto Requião, que sancionou esta lei. No entanto, é preciso dizer que os recursos são oriundos dos Municípios e não vai recurso do Estado neste repasse.

Esta lei vem contemplar Municípios como Piraquara, por exemplo, que tem a responsabilidade de passar a água que bebemos, de Curitiba e toda região metropolitana. A Região Metropolitana de Curitiba já recebeu perto de 300 milhões de reais. O Parque Nacional do Iguaçu, amplamente beneficiado, e o litoral do Paraná.

A Lei do ICMS Ecológico é a principal receita do meio ambiente do Brasil. E nós, aqui, no Paraná, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ficamos muito honrados com isto, porque certamente deu um exemplo ao País, e o País, por outro lado, será olhado pelo mundo, que nós não desprezamos o meio ambiente. Ao contrário: compensamos os Municípios que têm áreas de preservação ambiental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Não vou me alongar, mas vejo uma foto dos empresários pedindo economia do dinheiro público, para maior investimento no social. Aí, vejo o Governo distribuindo leite para as crianças, porque há crianças que precisam de um litro de leite por dia. Aí, vejo uma revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que parece a Revista Vogue, fotos coloridas, material caríssimo, dinheiro público desperdiçado! Vergonha do povo do Paraná! Papel de enciclopédia!

De onde pode vir este papel, Deputado Rafael Greca? Onde podemos localizar este papel? Porque, sinceramente, não apareceu aqui na Assembléia...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O papel dessa revista é das melhores publicações do mercado nacional. Agora, o que causa espanto é um carnê social na revista do Tribunal de Contas, um carnê social como se fosse a revista Vogue.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Aqui nós temos, por exemplo, Saul Raiz, na Revista, quatro dias no Tribunal de Contas e aposentado pelo Tribunal de Contas do Paraná! Todas as figuras mais ilustres, coloridas, quinze, dezoito mil reais de aposentadoria. E nós, dando um litro de leite e ainda tendo que divulgar que estamos dando esse litro de leite, e vendo isso aqui chegando no nosso gabinete como se fosse algo extraordinário!

Ou nós damos um choque na administração pública neste País regulando a despesa do dinheiro

público, aplicação do dinheiro público, ou nós fazemos economia de tostão por tostão, ou vamos continuar com o alto índice de criminalidade.

Com o dinheiro gasto com essa revista, poderíamos levar o saneamento básico para algumas vilas que precisam de saneamento, um grande problema para a saúde da nossa população.

Então, Srs. Deputados, eu não faço isso com satisfação, mas que sirva para o Executivo, para o Judiciário, para o Legislativo! Este país tem que mudar, porque do contrário, teremos poucos com muito e muitos com muito pouco!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados. Subo à tribuna na tarde de hoje para fazer a defesa de um dos maiores Institutos Agronômicos deste País, que é o IAPAR, uma instituição de pesquisa agropecuária cuja missão é gerar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentado da agropecuária paraense.

E esta semana a imprensa de Londrina tem divulgado a queda do Diretor dessa autarquia, que é o Sr. Onaur Ruano. Não sou do mesmo Partido, não o indiquei, conheço o seu trabalho como um técnico responsável, e não posso admitir que o Governador do Estado, durante um despacho com este Diretor do IAPAR, coloque com a sua própria letra, de seu próprio punho, em letras com caixa alta, a palavra picaretagem.

Não podemos admitir mais esse desrespeito, não apenas ao Diretor, mas à Instituição. Nós não podemos compreender que o Governador não entendia a magnitude do IAPAR, nós que somos o celeiro agrícola deste País, nós que somos responsáveis pela produção de um quarto dos grãos produzidos no nosso Brasil. O IAPAR, que possui mais de mil funcionários, que possui uma equipe altamente técnica, mais de 130 pesquisadores, a maioria com Doutorado e Pós-Doutorado, com dezessete estações experimentais, com 22 estações agrometeorológicas espalhadas pelo nosso Paraná, e mais de 25 laboratórios na área de pesquisa, e principalmente na conservação de nosso solo.

Picaretagem, não, Sr. Governador! Quem é o picareta? Aponte! Faça uma sindicância, expulse da corporação, se for o caso, mas não generalize, não faça uma agressão aos funcionários do IAPAR.

Mais uma vez o Governador trata com desdém essa instituição. Não podemos compreender o Governador chamar de picaretas todos os funcionários do IAPAR! Queremos saber, sim, quem é o responsável por esta irre-

gularidade? Qual é a irregularidade? O Governador sempre foi preocupado em apurar os desvios de conduta, as negligências ou as sinecuras, se elas existirem. Mas nesse caso, mais uma vez o Governador presta um desserviço ao Estado do Paraná, principalmente à cidade de Londrina onde está instalada a sede do IAPAR.

Mais uma vez o Governador desrespeita os servidores do Estado, como fez recentemente com o Hospital Universitário do Norte do Paraná, que em manchetes chamou os funcionários de vagabundos, como fez com a SERCOMTEL, quando pediu uma auditoria, sem fazer o levantamento necessário, prejudicando as ações da empresa na Bolsa e a imagem perante a opinião pública. A SERCOMTEL, que depende dos seus clientes, porque é uma empresa que atua no mercado de telefones fixos e celulares.

O Governador já chamou os secretários de boiolas. Já desrespeitou esta Casa, já xingou Deputados e mandou abrir uma CPI contra o Deputado José Domingos Scarpellini. Mais uma vez, atira sem mirar! Mais uma vez, denigre sem saber o que está falando.

Pedimos respeito e exigimos uma retratação por parte do Sr. Governador, para que ele aponte o erro, a irregularidade. Faça a apuração, para que depois, sim, possa utilizar do seu comando, que é o principal mandatário do nosso Estado, para tomar as providências cabíveis e legais. E não mais uma vez generalizar e prejudicar uma importante instituição que é o IAPAR.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres colegas.

Sempre preocupada, assim como os demais, com a questão da violência que paira no nosso Estado, no nosso País.

Convidamos o Secretário Delazari para estar em Londrina na semana passada, para discutir com representantes da zona rural a questão do aumento da violência da zona rural de Londrina e também com todos os representantes da ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina.

É preciso deixar consignado nesta Casa também a nossa preocupação sistemática e permanente com relação à questão da violência no nosso Estado.

Não fazemos apenas discursos inflamados, mas ações cotidianas de cobranças com a participação da comunidade, da população, tentando trazer as demandas e sempre participando de reuniões com o Secretário e sua equipe para que as nossas demandas sejam atendidas.

Foi alocado lá várias questões relativas às Polícias Militar e Civil. Foram duas ótimas reuniões com a comu-

nidade de Londrina, que se comprometeu a estar sempre, através desta Deputada, levando as soluções que já foram muitas. Apesar de sabermos que não se resolve a questão da violência no País apenas através de leis e nem através de discursos inflamados, mas sempre por ações e atitudes dos Governos que são contundentes em relação às políticas públicas de inclusão social, desenvolvimento, aumento de emprego para que, realmente, possamos ter contornado essa questão da violência no nosso País.

Eu, nessa direção, coloco que não compreendo como vamos resolver a questão da violência com leis apresentadas aqui na Casa, como a lei seca que, hoje, são três projetos na mesma direção, três em um, eu diria, porque são três projetos que falam sobre a mesma questão, um deles, propondo o fechamento dos bares às 23h; o outro, proibindo a venda de bebidas alcoólicas das 02h às 9h da manhã e o outro projeto, na mesma direção, proibindo bares, lanchonetes de venderem bebidas alcoólicas após às 23h.

Particular e primeiramente, esses projetos são ilegais e inconstitucionais, na minha avaliação, porque a Assembleia Legislativa não tem competência para legislar sobre as questões municipais. Não existe a possibilidade de o legislador impor uma exigência como essa aos estabelecimentos comerciais, porque, além de confrontar, de afrontar a livre iniciativa, consagrada pelo artigo 170, parágrafo 01 da Constituição brasileira, também no seu artigo 30 da Constituição nós estamos impedidos.

Evidentemente que a Casa e, certamente os Deputados que fizeram essas proposições, têm a preocupação da questão da bebida alcoólica e dos excessos, todos nós temos, inclusive os donos de bares. Acho que não resolveremos a questão e vamos criar um outro problema.

Penso que a questão de regularizar, de fazer cair o índice de violência, das brigas, da baderna e outras questões devem ser ações da Polícia Civil, da Polícia Militar, inclusive de outras ações e atitudes do Prefeito Municipal da cidade que deve determinar sobre essas questões. Portanto, acho que há um certo exagero.

No dia 04 um projeto meu, legal, constitucional, pode passar! Portanto, quero dizer que não se resolvem dessa forma as questões, criando novos problemas. Estamos passando por cima da nossa competência e vamos acabar criando vários outros problemas em função dessa questão.

Quero deixar consignado que não é a primeira vez, já discutimos projetos parecidos aqui na Casa, no início da minha legislatura, e a minha posição foi a mesma. Portanto, mantenho apenas uma questão de coerência e gostaria de dizer que não é dessa forma, através de leis secas como essas, que vamos resolver essa questão. Existem outras maneiras e temos que contar com a responsabilidade e com o compromisso dos setores da comunidade, dos empregadores, dos trabalhadores dessa área dos bares.

Este é um País que tem essa tradição em que os bares começam a funcionar às 22h e fecham às 23h.

Fechar das 02h às 09h, realmente, vai ser humanamente impossível. É mais uma lei, se aprovada aqui, que não será cumprida. Portanto, quero manifestar, de imediato, deixar claro e consignado, que votarei contra esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência gostaria de pedir a colaboração das pessoas que estão participando desta Sessão, hoje, que estão nas galerias, que não se manifestem nem contrários e nem favoráveis para o bom andamento do nosso trabalho.

Gostaria de pedir a colaboração, mais uma vez.

Conforme o nosso Regimento, o artigo 109 me dá poder para que peça a colaboração de todos vocês para que possamos, dentro de um clima democrático, trabalhar. Esta Casa sempre acolheu a todos vocês, mas queremos pedir para que não se manifestem, nem de forma contrária, nem de forma favorável a todos que vão se pronunciar.

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero conversar com todos vocês que vieram até a Assembléia Legislativa preocupados com os projetos de leis que serão votados na tarde de hoje.

Apresentei um dos projetos e quero aqui discutir, conversar com os Parlamentares e também com vocês, para que vocês analisem junto comigo o que é esse projeto de lei. E podemos até retirar da votação de hoje, para podermos aprofundar a discussão com cada um de vocês, porque o que esse projeto mostra é uma preocupação. Preocupação com a violência que não pára de crescer no Estado do Paraná e no Brasil.

Posso até retirar o projeto, pedir para que o projeto não venha mais a ser votado na Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas, o projeto de lei que eu apresentei, inicialmente tomei o cuidado de chamar o Vereador Ney Leprevost, que discursava e mostrava preocupação em nome do Sindicato dos Bares e das Associações. E lá, no meu gabinete, nos reunimos com todos, para discutir exatamente de que forma poderia ser montado esse projeto de lei para que pudéssemos atingir o objetivo, e, mudanças foram feitas para que pudéssemos adaptar.

Quero ler aqui e peço a atenção e repito: posso até tirar o projeto e pedir para que esse projeto não venha mais a ser votado no plenário desta Casa. Tomei o cuidado de deixar fora todos os estabelecimentos que cumprem com o seu dever comercial e também social.

A minha preocupação é que nas cidades do Estado do Paraná e do Brasil no dia de hoje temos estabelecimentos que vendem só a bebida alcoólica. Só aqueles “botequinhos” que se abrem de uma hora para outra, aonde se levanta uma das portas de garagem nas cidades, em especial nas periferias e torna-se esse local um espaço para vender só a bebida alcoólica. E madrugada adentro nesses locais, o que acontece? pessoas, grupos, em especial uma boa parcela da juventude vai lá para beber e nesses locais, pelo menos numa grande maioria deles, se vende drogas, se vende o crack, e nessa discussão com os sindicatos, com as associações dos representantes dos bares, dos estabelecimentos comerciais, das casas noturnas, nós pudemos adaptar o projeto.

E aqui quero ler para vocês, para os Deputados, para a imprensa que está aqui nos acompanhando. Tomamos o cuidado de deixar fora da abrangência da lei todo estabelecimento que tiver um cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados que são servidos no local. Todos os estabelecimentos que tiverem mais de cinco mesas. Os estabelecimentos que tiverem o atendimento de garçom. O estabelecimento que tiver música ao vivo, para não prejudicar a todos aqueles artistas que na noite acabam ganhando o seu sustento tocando em determinados estabelecimentos. Todos os locais que tenham uma pista ou local apropriado para dança estão fora da abrangência dessa lei.

Nós queremos, sim, pegar aqueles que vendem predominantemente a bebida alcoólica. Aqueles espaços que são geradores de violência.

E não fui eu quem falou a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná tem levantamentos, pesquisas que mostram que nas proximidades desse tipo de estabelecimento, a criminalidade é muito alta. É muito mais alta do que o do restante das cidades.

Esse projeto não atinge vocês. Esse projeto, como está, tem objetivo aquele estabelecimento. Garanto que muitos de vocês que trabalham em restaurantes, em bares que têm um cardápio elaborado, que têm um atendimento de garçom, no momento que vão para a casa, quando moram lá no bairro, quando descem do ônibus, com certeza acabam encontrando aquele grupo de jovens que estão dentro dos bares e saem para assaltar as famílias, saem para assaltar as pessoas quando elas estão indo para casa, sem contar uma boa parcela dessas pessoas que estão lá na bodeguinha, bebendo álcool, muitas vezes consumindo drogas, quando vão para casa acabam agredindo a família, a esposa, os filhos, o sogro, a sogra.

Então, é isto, o projeto de lei de nossa autoria é aquele voltado para poder estabelecer...

(Término do tempo)

Passa a usar o Horário da Liderança do PFL

... um horário de funcionamento que possa ele funcionar dia de semana, das 7 horas da manhã até as 11

horas da noite. Aqueles estabelecimentos que vendem só bebida alcoólica - está semeado, principalmente, na periferia das cidades - no final de semana poderão funcionar das 7 horas da manhã à 1 hora da manhã. Este é o projeto. É isto que ele pretende. O seu objetivo é fazer com que a segurança pública possa melhorar no nosso Estado. E quero falar, a cidade de Ponta Grossa, onde eu moro, já tem esta lei, e quando a lei é cumprida, diminui-se bastante a criminalidade.

O Deputado Jocelito Canto é um dos representantes do Município de Castro e lá a Câmara Municipal criou um projeto de lei semelhante a este. Sabem o que aconteceu? Diminuiu em 50% a criminalidade nos bairros da Cidade de Castro! Aqui na Região Metropolitana, Fazenda Rio Grande, Colombo, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo, Ponta Grossa, Arapongas, Apucarana, enfim, vários municípios já têm esta lei e lhes garanto que não houve geração de desemprego. Pelo contrário, ajudou a segurança pública no Estado do Paraná.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, eu acompanho atentamente seu pronunciamento e claro, como todos os paranaenses, todos nós cidadãos ficamos muito preocupados com a idéia de lei seca - isto causaria um mercado paralelo, com conseqüências muito prejudiciais à sociedade.

Mas, da forma que V. Exa. apresentou o projeto e eu questiono V. Exa. se é isto mesmo, se esses estabelecimentos que trabalham também com bebida alcoólica teriam que ter, - pelo que está no projeto de V. Exa. - alguns requisitos, entre eles, no mínimo, cinco meses, cardápio próprio, que não vendesse só e exclusivamente bebida alcoólica, mas também pratos feitos no local, além do serviço de garçom, música ao vivo ou até pista de dança.

Esses estabelecimentos, que têm, se não me engano, cinco requisitos, entendo, pelo menos três desses requisitos, estes poderiam funcionar normalmente, ou seja, é uma salvaguarda que se coloca em nome da segurança pública do Estado do Paraná para que todo o pai, para que todo aquele trabalhador, inclusive desses estabelecimentos, tenha a segurança de poder ir e vir sem a preocupação, infelizmente, desses inferninhos ou desses muquifos, que muitas vezes ficam abertos pela madrugada com fim único e exclusivo de vender bebidas alcoólicas.

Eu pergunto se é este mesmo o seu projeto, se é este o seu objetivo? E a questão da autonomia do Município, do estatuto do código de postura municipal, enfim, se esta questão constitucional, a sua interpretação, é que como se trata de uma questão de segurança pública, ela se sobreprõe à questão da autonomia municipal, se é esta a sua interpretação, para que isto fique claro também?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço o aparte, Deputado Durval, e de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ela deu parecer favorável a este projeto de lei, porque quando é uma questão de segurança pública está o Estado no direito de legislar nesta causa, e quero repetir aqui novamente, para que quem não entendeu possa entender, está fora da abrangência da lei todo estabelecimento que tiver um cardápio relacionando os pratos de alimentos elaborados e serviços no local. Todo estabelecimento que tiver mais de cinco mesas, que tiver um garçom atendendo, que tiver música ao vivo, que tiver pista ou local apropriado para dança, o objetivo é um só, nós não vamos atingir os estabelecimentos que vocês trabalham, vamos atingir aquele gerador de violência para proteger, inclusive vocês, quando estão indo para suas residências e têm que passar em determinados pontos.

A pesquisa de opinião pública, quero falar a todos vocês, aqui em Curitiba mostra que 75% da população é favorável a este projeto de lei. Na cidade que eu moro, na cidade de Ponta Grossa, 89% da população é a favor. Não queremos gerar desempregos, não, tanto é que foi discutido com os sindicatos, nós mudamos o projeto, nós elaboramos em conjunto; queremos conter a violência que não pára de crescer e, infelizmente, o Poder Público não injeta recursos suficientes para educar nossa população e melhorar o trabalho das Polícias, tanto Civil quanto Militar. É esse o objetivo.

Podemos retirar o projeto, rediscuti-lo, quem sabe não trazer mais para ser votado no plenário, mas o que queremos é a discussão, e dessa forma teremos condições de ajudar, e não de atrapalhar a sociedade paranaense.

Na minha linha de raciocínio, este projeto de lei ajuda a nós que vivemos no Paraná, que temos uma criminalidade que não pára de crescer e dessa forma vamos poder diminuir.

Concedo o aparte ao Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Plauto, quero somar-me ao seu pronunciamento. Acho louvável a sua iniciativa. A desinformação, na verdade, estava imperando com relação a este projeto de lei. Temos acompanhado, na imprensa, notícias de toda ordem e quero crer que com seu encaminhamento agora fica muito claro o objetivo do projeto e eu gostaria de dar uma sugestão, Deputado Plauto, para que seu projeto pudesse, com certeza, ter aprovação absoluta desta Casa, da sociedade, até porque ele não visa eliminar empregos; pelo contrário, é salvaguardar interesses da família paranaense, no sentido de proteção.

Gostaríamos de sugerir que ele fosse aprovado em 1ª Discussão, hoje, e que V. Exa., com a grandeza que sempre lhe é peculiar, retirasse o projeto, chamasse as pessoas que estão nas galerias, os representantes dos bares, sindicatos, para discutir com V. Exa. a melhor forma de encaminhamento deste projeto.

Quero crer que esta é uma saída boa para todos, para a Casa e àqueles que estão prestigiando a Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Está aceita a sua proposição.

Retiraremos em 2ª Discussão. Aí quero conversar, poder discutir com todos vocês, para que possamos melhorar.

Pela ordem, como aparte o Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Plauto, só gostaria de deixar a minha opinião aqui, até porque se definir que vamos votar hoje, temos uma audiência com o Governador Requião, lá no Cangiüiri, para tratar a questão das florestas. Está marcada para as 17h00; eu não estarei aqui, mas queria deixar minha opinião.

Acho, Deputado Plauto, com todo respeito que tenho pelo seu projeto que quem deve definir a questão de qual é o horário que funcionam os bares e restaurantes são os Municípios. Vou dar um exemplo: tem cidades que são turísticas, aqui na região de Curitiba, estou vendo aqui que chegou ao Deputado Neivo Beraldin, ele deve falar em seguida, um documento do pessoal de Santa Felicidade falando da geração de empregos e, ao mesmo tempo, pedindo para não aprovar o projeto, porque isso vai trazer, quem sabe, até desemprego.

Então, queria fazer uma sugestão, Deputado Plauto, tem cidade que sabe a hora que pode abrir e a hora que pode fechar. Acho que a lei é muito clara e diz exatamente que quem deve definir esta questão são os Municípios, cada Prefeito sabe até que horas um estabelecimento pode ficar, se deve ficar aberto ou não.

Outra coisa, questão de violência, lembrava-me aqui o Deputado Bradock, a Polícia pode cassar, a qualquer momento, o alvará que qualquer inferninho tiver, basta querer! Basta querer, a hora que quiser!

Então, queria aqui agradecer o aparte, e sugerir que a Assembléia não pode se envolver nesse projeto, que é de ordem municipal. E daqui a pouco o Deputado Dobrandino vai falar que já tem uma jurisprudência que determina que quem deve decidir isso são os Municípios e não o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Na verdade, ouvi o seu argumento e V. Exa. encaminhou com perfeição clareando o objetivo do projeto. Também o Deputado Jocelito colocou uma questão que tem que ser levada em conta, mas a grande verdade é que nós estamos procurando resolver um problema de segurança através de um projeto. Disse muito bem o Deputado Jocelito que a polícia pode fechar inferninho que estiver aberto. Agora, podemos fazer um requerimento agora ao Secretário de Segurança e perguntar, quantos

lugares como esse foram fechados no Paraná no último mês? Nenhum! Certamente nenhum!

Então, pela inoperância da Secretaria da Segurança e pela falta de segurança é que leva aos Deputados buscarem soluções para essas questões sociais, que são prementes na nossa sociedade. Acho que a atitude de V. Exa. de retirar o projeto e discuti-lo novamente com as entidades aqui representadas, é uma boa proposta e somo-me a esta proposta, mas a grande verdade tem que ficar clara, estamos tentando amenizar um problema de segurança que é muito grave no Estado do Paraná nos dias de hoje.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Só quero, antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin, dizer que vou retirar o projeto, porque queremos discutir com vocês, porque queremos melhorá-lo.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Acho que V. Exa. não deve retirá-lo, até porque parece-me que o Regimento Interno não permite, porque já foi retirado. E V. Exa. apresentou um projeto, salvo entendimento de V. Exa., que não merece análise desta Casa, porque é só ler a Constituição Federal, nos artigos 29, 30 e 31 e ler a Constituição do Estado, que V. Exa. verá que não temos autonomia para legislar sobre temas municipais.

No momento que V. Exa. faz essa sugestão de retirar da Ordem do Dia, sou contra. Sabe por quê? Porque milhares de trabalhadores, milhares de proprietários de restaurantes, hotéis, milhares de empregos em Curitiba já não dormem sossegadamente há muito tempo, graças a esse projeto que não deveria estar tramitando aqui. Estão, retirando esse projeto, vamos deixar essa inquietação continuar perante aqueles que tiveram o alvará da Prefeitura - que é sempre provisório. A Secretaria do Urbanismo pode cassar o alvará a qualquer momento.

Agora, V. Exa. diz que, se tiver quatro mesas já pode funcionar. Vamos dizer que tenha um bailinho lá no meio dos pobres, que coloquem quatro mesas. Pode funcionar?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Estou retirando o projeto e encaminhando um requerimento à Mesa.

Quero que vocês se aprofundem, porque tem muitas coisas que estão sendo colocadas que não são verdades.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência gostaria de esclarecer que o projeto, conforme o artigo 158 do nosso Regimento Interno, não permite a retirada por uma única vez e esse projeto já foi retirado por dez Sessões.

O que o Deputado Plauto poderia fazer é apresentar um requerimento à Mesa, solicitando o arquivamento do projeto. Isso sim, é possível. A retirada não é possível.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, esgotou-se a minha questão, porque eu iria sugerir exatamente que o Deputado Plauto pedisse o arquivamento do projeto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Entendemos que temos um Regimento Interno na Casa, e que tem que ser obedecido, mas no entendimento, quando prevalece o interesse maior, principalmente na questão de segurança, apelo a V. Exa., Presidente, e caso V. Exa. esteja presidindo depois, quando o projeto vier a ser votado, que possa submeter o requerimento do Deputado Plauto à apreciação, para retirada do projeto, uma vez que o Plenário é soberano na sua decisão também.

No entendimento maior, como o Deputado Plauto - e apelo a V. Exa. e sei que o senhor é um homem democrático - democraticamente quer atender à vontade e ao desejo dos funcionários dos estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná, ele quer discutir exatamente com os bares e restaurantes do nosso Estado e muitas vezes já foi feito isso na Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Estamos no Horário da Liderança do PFL, ainda.

O projeto terá o seu momento e não cabe "Pela Ordem". Peço a sua compreensão.

Pela Ordem, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, só para esclarecer que exigimos isonomia com o tratamento dado ao projeto da Deputada Elza Correia, que aconteceu há dois dias atrás.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência vai seguir firmemente o Regimento Interno.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna e quero fazer inicialmente uma referência ao Projeto do Deputado Plauto Miró Guimarães. Acho que, independentemente de, dentro do Regimento, se retirar ou se arquivar, ele não vem em prejuízo, absolutamente, da discussão do projeto.

O Deputado Plauto, se não puder retirar o projeto da Ordem do Dia por uma questão regimental, pode perfeitamente e o Parlamento nos dá essa condição, pedir o arquivamento de forma temporária e quando ele entender ou quando entenderem necessário, o projeto poderá voltar à discussão.

Eu acho que se for possível a retirada, é de direito do Parlamentar, a menos que o Regimento assim o impeça, de tal forma como V. Exa. já colocou.

Eu subo à tribuna para falar do dia de amanhã, que teremos aqui nesta Casa, audiência pública, convocada pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre a questão da EMATER.

A EMATER é uma empresa de 48 anos, uma empresa cuja história se confunde com todas as práticas adotadas na pequena propriedade do Paraná.

A EMATER é uma empresa que, tal como outras do Paraná, merece o grande respeito da população.

Este Plenário, na gestão passada se dividiu em defesa da COPEL; alguns defendiam a não venda, outros defendiam que se vendesse a empresa naquele momento.

Pois bem, é uma empresa de economia mista, como é o caso da COPEL, com uma arrecadação própria, com um programa próprio.

A EMATER na minha opinião é uma empresa que nós temos que discutir profundamente a alteração da sua condição, na sua constituição, porque já aconteceu em outros Estados de mudarmos a constituição da empresa de assistência técnica e, piorarmos a assistência técnica. Já aconteceu no Paraná mesmo.

Nós vemos o IAPAR hoje, o Instituto Agrônomo do Paraná, completamente engessado.

Deputado Dobrandino, eu sei do interesse e da sensibilidade do Governador com relação à questão da pequena propriedade. Acho que com relação à questão da EMATER seria perfeitamente possível fazer os reajustes necessários, que pode ser preciso serem feitos na empresa, mas não a autarquização.

Eu converso com todos os técnicos da EMATER. Eu sou funcionário da Secretaria da Agricultura e fui chefe do Núcleo Regional de Pato Branco e, sei o quanto representa a EMATER na execução dos programas determinados pela Secretaria da Agricultura.

Portanto, Srs. Deputados, amanhã será feita uma audiência pública e é importante para nós.

Deputado Barbosa, V. Exa. que concede o Horário do nosso Partido, Horário da Liderança do PDT. É importante nós discutirmos está questão. Não é por causa de um ou outro problema que daqui a pouco vamos mudar esta empresa, que é a empresa mais ramificada do setor agropecuário do Paraná.

Aliás, como empresa pública, cumpre um papel fundamental no apoio, na assistência técnica dos nossos agricultores.

Portanto é um momento de reflexão.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Apenas para reafirmar aquilo que já conversamos com o senhor, aquilo que já conversamos também, não apenas com a EMATER mas com todos os segmentos que estão envolvidos hoje nesse debate. Nós temos, feito, dentro da Bancada, um debate a respeito da autarquização. Temos, inclusive, encaminhado esse debate no sentido de fazer uma reflexão nessa audiência pública, que está sendo convocada para amanhã.

Hoje, a posição é contrária à autarquização.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Eu acho que essa questão foge de ser aqui de Situação ou de Oposição. É uma empresa extremamente importante colocada dentro do setor produtivo paranaense.

Aliás, é esse o setor que tem dado glórias ao Paraná, que tem dado referência do Paraná, ao Brasil. A EMATER é responsável pela execução de programas como o manejo de solos, o integrado de águas, que foi exemplo para o Paraná. O Paraná Rural, Deputado Braddock, que foi exemplo para o País todo e para os países da América Latina e do Caribe. São programas como esse que foram colocados em prática por outras empresas, mas principalmente pela EMATER, que é o braço oficial de qualquer Governo junto aos nossos produtores.

O Sr. Barbosa Neto (PDT) (Aparte)

Quero cumprimentar V. Exa. Deputado Augustinho Zucchi, primeiro por estar nessa Bancada do lado de cá, hoje do nosso lado, da Oposição. Sei que isso não significa nada, mas para nós tem uma simbologia muito grande, já que queremos contar com vosso apoio também na Oposição.

Falo aqui sem até pedir a permissão do Deputado Valdir Rossoni, que é o Líder da Oposição. Mas, eu gostaria de apartear-lo para cumprimentá-lo. V. Exa. é um dos profundos conhecedores dessa matéria. Nós temos sido procurados por funcionários da EMATER. Nós que conhecemos principalmente os pequenos Municípios sabemos da importância que os técnicos da EMATER representam notadamente para as pequenas cidades, num trabalho de levantamento de solos, de um trabalho de apoio técnico agropecuário e que presta um serviço social ao nosso Estado, que é eminentemente um Estado agrícola e somo-me a V. Exa.

Lamentavelmente, amanhã pela manhã, não poderei fazer parte desta audiência, mas gostaria de dizer do nosso apoio, também, contra este projeto de autarquização da EMATER, que vai significar, praticamente, a sua extinção, caso isto venha a ocorrer.

Muito obrigado, Deputado Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Barbosa Neto e apenas gostaria de dizer que está sendo distribuído pelo SINDASP e por funcionários da EMATER, os números que representam o trabalho da EMATER no ano de 2004, junto com os agricultores, com as propriedades rurais, trabalho esse extremamente importante, que os Deputados tomem conhecimento, inclusive os que participam de atividades, feiras agropecuárias, participam de entregas de recursos na área do Paraná Doze Meses, participam em todas as atividades, praticamente, no interior, no que se refere à agropecuária, sem muitas vezes saber que a participação da EMATER é bastante importante.

Concedo aparte ao Deputado Traiano, solicitando a V. Exa. que seja breve, para eu poder concluir.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Quero me somar à sua preocupação e falar um pouco sobre o que representa a EMATER para a pequena propriedade do interior do Paraná. Ele tem um passado brilhante de atuação. Responsável, com certeza, pela resolução da nossa pequena propriedade, da agricultura paranaense.

Portanto, é inconcebível que o Governador, neste momento, tome essa atitude.

Nós gostaríamos de fazer um apelo ao Líder do Governo, nesta Casa, para que convencesse o Governador no sentido de retirar o projeto deste Parlamento, para que a EMATER possa permanecer como está, desenvolvendo esse trabalho brilhante, em favor da pequena propriedade, dos agricultores paranaenses. Amanhã, na CCJ, estaremos defendendo a permanência da EMATER. Com certeza, estarei advogando a favor da EMATER, lá, na CCJ.

Um abraço e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Muito obrigado, Deputado Traiano.

Já concluindo meu pronunciamento, conversei com o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, e com certeza absoluta ele - uma pessoa sensível aos anseios de toda a população do Paraná - especialmente compreendendo o que significa a nossa agricultura para o Paraná, para a nossa gente, esse setor tão importante para a vida dos paranaenses - já se dispôs a conversar com o Governador Roberto Requião. E eu tenho certeza absoluta. Deputado Dobrandino, que esta não é uma questão nem de Oposição nem de Situação. Eu vislumbro a EMATER como uma empresa que já tem quase meio século de existência e é uma empresa muito importante para todos nós. Certamente, a permanência da EMATER atendendo nos-

sos produtores, dando assistência técnica, colocando os programas do Governo em execução, só tem a contribuir para o interior do Paraná e para com toda nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência quer registrar, a pedido do Deputado Padre Paulo, a presença do Sr. Edson Pachega, vice-Prefeito de Terra Roxa. Nós lhe damos as boas-vindas e registramos sua presença.

No Horário destinado à Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Hermes da Fonseca.

Liderança do PT: Deputado Hermes Fonseca

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

As funções precípuas do Parlamento são fazer leis e fiscalizar o Executivo. Só que as leis têm que ser boas leis. Elas têm que ser bem feitas. Não podem ferir a Constituição Federal, como norma máxima da legislação deste País. As leis, para serem boas, precisam ter a eficácia, isto é, precisam poder ser aplicadas, na prática. Não basta aprovar uma lei aqui, o Governador sancionar e esta lei ficar na gaveta, porque ela não vai ter eficácia, não vai ter efeito prático.

O que nós queremos dizer com isso, hoje, é que esse projeto de lei do Deputado Plauto Miró Guimarães fere frontalmente a Constituição Federal. Se nós olharmos a Constituição nos artigos 29, 29-A e 30, que dizem respeito à competência dos Municípios, se nós atentarmos para a súmula 409 do Supremo Tribunal Federal, os Municípios têm competência para regular o horário do comércio local desde que não infrinjam leis estaduais ou federais válidas. Esse projeto de lei fere frontalmente o que está expresso na lei maior, na Constituição.

Portanto, esse projeto só pode ter dois destinos: ser rejeitado hoje, em votação pelos Deputados, porque é matéria de legislação das Câmaras Municipais; cada Município tem a sua competência, cabe a ele dizer o que quer na sua competência; é autonomia municipal. Ou então, que o Deputado peça o arquivamento definitivo e não venha propor, aqui no Estado do Paraná, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, leis ilegais, leis inconstitucionais, leis que ao final possam ser demagógicas, porque, se há problema de segurança, o problema é da Secretaria da Segurança. Nós não temos competência para interferir nos limites de competência dos Municípios. Cada município tem autonomia, de acordo com a Constituição Federal, para dizer o que é bom ou ruim para o seu município, mas apenas no âmbito do seu município, dentro do seu limite geográfico.

Portanto, nós precisamos ser mais responsáveis, precisamos ser mais sérios, precisamos fazer com que as

leis que apresentamos, os projetos que apresentamos aqui, sejam projetos da nossa esfera de competência, do nosso limite de competência.

Quero dizer a todos os Deputados que irão decidir sobre esse projeto. Só tem um destino: ser rejeitado no voto aqui, ou então que o Deputado, autor do Projeto se antecipe e peça o seu arquivamento definitivo. Esta é a resposta que a Assembléia Legislativa do Paraná tem que dar para a sociedade e a vocês que estão aqui.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Hermes da Fonseca.

Nós já discutimos no Partido dos Trabalhadores, em que pese os argumentos, e acredito que a boa intenção do Deputado Plauto, conversamos também com ele e entendemos que o projeto não tem como prosperar. Por quê?

Porque na prática, nós vamos criar duas situações: uma, daqueles que, ainda que tenham um pequeno negócio, vão ser fiscalizados, e outra, daqueles que, tendo um grande comércio, um grande negócio, estarão distante dessa fiscalização.

Eu não consigo entender como é que vamos fazer, por exemplo, com os restaurantes de Santa Felicidade; não consigo entender como é que nós vamos fechar, por exemplo, o bar do Leprevost; não consigo entender como vamos fechar algumas casas noturnas que não vendem apenas bebidas.

Então, nós, Deputado, - o senhor também faz parte do Partido dos Trabalhadores - o Partido dos Trabalhadores já tomou a decisão e vamos votar contra o projeto.

Esta é a decisão que tomamos.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Deputado Tadeu, não é nem a questão de analisar o mérito, eu faço questão de não analisar o mérito aqui porque nós estamos discutindo hoje, na primeira discussão, a constitucionalidade do projeto. Então, não podemos aprovar aquilo que é inconstitucional.

Não entramos no mérito; o mérito é uma questão de etapa posterior, mas esse projeto não pode passar pela votação de hoje.

A Sra. Elza Correia (Aparte)

Gostaria de firmar e pedir à Mesa, num entendimento do processo de isonomia, que esta Casa não pode ter dois pesos e duas medidas, e, não aceitar esse requerimento com pedido de retirada, porque foi essa a discussão em relação ao meu projeto, retirado no dia 04.

É preciso que seja arquivado a pedido do autor, porque, no dia 04, foi rasgado o Regimento Interno, quando em 1ª discussão era a legalidade e a constitucionalidade daquele projeto que estava sendo discutido, e não o mérito. A Casa passou por cima disso, votou o

mérito e rejeitou o meu projeto e do companheiro Marcos Isfer.

Portanto, não podemos admitir dois pesos e duas medidas. Tenho certeza que o Presidente vai cumprir o que preconiza o Regimento, o que não pode ser feito por esta Deputada que não estava aqui para fazer a defesa e faço hoje, em relação a esse projeto.

A Mesa deve recusar o requerimento e o autor, se quiser, pedir o arquivamento. Esse é o procedimento.

O Regimento tem que ser para todos.

Muito obrigado!

O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)

Deputado Hermes Fonseca foi Presidente da CCJ desta Casa. Sabemos que o primeiro passou de um projeto para ser analisado a sua parte constitucional é lá na CCJ. E o segundo passo é aqui, onde o Plenário é soberano para rejeitar, se considerar a matéria inconstitucional.

Fico perplexo de ver que a CCJ, presidida pelo ilustre advogado Durval Amaral, tenha permitido que esse projeto pudesse prosperar causando um grande prejuízo para toda a sociedade do Paraná.

Estamos aqui a mobilizar trabalhadores que se deslocam de suas casas para ouvir aqui que não temos condições de legislar sobre esta matéria, tendo em vista, a autonomia municipal!

Muito obrigado!

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Agradeço os apartes.

Quero dizer mais uma vez a todos. Nós Parlamentares estaduais, temos que ser responsáveis e competentes para fazer as leis estaduais.

Portanto, como esse projeto se trata de uma invasão de competência na legislação municipal, ferindo a autonomia municipal, digo a todos que o destino desse projeto é ser rejeitado por todos os Pares desta Casa. caso ao autor insista em mantê-lo, que peça o seu arquivamento como forma regimental de dar um basta a esta matéria que não é da nossa competência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós gostaríamos de ter a compreensão do sistema de som, porque eu estava sentado ali, há pouco, e não ouvia o orador desta tribuna.

O que me faz subir à tribuna é para cobrar do Líder do Governo algumas atitudes que a Oposição precisa esclarecer. Nós temos mais de uma dezena de requerimentos que foram encaminhados ao Governo e este não encaminha os esclarecimentos. Temos requerimentos em todas as áreas: na área de transportes, saúde, educação, enfim, esclarecimentos que precisamos para poder dar continuidade ao nosso trabalho de Deputado de Oposição e para procurar fiscalizar os atos do Governo.

Um dos requerimentos se faz necessário, porque estamos pedindo à Secretaria da Comunicação o que ela está gastando no decorrer deste ano. Eu estava ali, enquanto os Deputados encaminhavam a questão do projeto, me perguntando. Já disse no meu aparte, Sr. Presidente, que estamos encontrando soluções, às vezes, com leis inconstitucionais, para a segurança do nosso Estado.

Deputado Elio Rusch, eu fiz uma conta aqui, e é importante que os senhores se atenham a esse número, de quanto o Governo do Estado está gastando com comunicação este ano: 140 milhões! Para escrever os 140 milhões, enchemos esta folha aqui de zeros, e ainda nós não temos segurança!

Para que os senhores tenham uma idéia, com esses 140 milhões poderíamos comprar sete mil carros populares; certamente não faltaria carro à segurança do nosso Estado; se nós não quiséssemos comprar carros para a Segurança, nós poderíamos construir casas populares. Sabe quantas casas populares nós poderíamos construir? Quatorze mil!

O Governador Requião prometeu aos paranaenses, na sua proposta de campanha, construir duzentas mil casas em quatro anos. Falou no horário eleitoral: “construirei duzentas mil casas em quatro anos”. O Governador, até o presente momento, conseguiu construir em torno de cinco mil casas em dois anos e meio. Vamos fazer a conta: se em dois anos e meio ele construiu cinco mil casas, vamos fazer de conta que ele construa mais cinco mil até o final do seu governo. Ele construirá dez mil, vai ficar devendo aos paranaenses 190 mil casas. Aí, qual é a alegação? A alegação é que não tem dinheiro. Aí eles pegam e queimam 140 milhões em publicidade!

Por isso, quando você vê um ponto de ônibus, quando você vê qualquer outdoor nesta cidade, você vê uma propaganda do Governo. Ontem, estava abrindo a revista “Veja” e quando eu digo que esse Governo é futurologista, é verdade. Abri a revista “Veja” no dia de ontem e eles anunciam a extensão da Universidade Federal para o litoral. Mas, ao observar os cursos que lá estão sendo implantados, é uma meia dúzia de cursos, Deputado Leite, V. Exa. que representa o litoral, é meia dúzia de cursos técnicos que estão sendo implantados lá, com toda esta festa, com dois Ministros no Paraná. A questão da Universidade Federal ou de uma universidade no litoral, estão fazendo como fazem com o pedágio. Prometeram terminar com o pedágio, não terminaram. Prometeram criar a Universidade do Litoral, não criaram. Agora, estão fazendo uma simples extensão com alguns

cursos técnicos. Sabe por que Deputado Leite? Aos sei nem se vai ter demanda. Não acredito.

Por que estão fazendo isso?

Porque nós estamos chegando na hora da eleição e o governo atual não cumpre com os seus compromissos!

Primeiro, promete construir duzentas mil casas; vai construir no máximo dez mil. Vai ficar devendo aos eleitores do Paraná 190 mil casas. Promete uma universidade no litoral. Cria-se uma extensão para encobrir a promessa e lá uma meia dúzia de cursos técnicos num prédio aonde gastaram sete milhões. Apenas sete milhões. Como é que pode criar uma universidade?

Claro que procuraram fazer a extensão da universidade para que amanhã não façam uso de uma promessa também não cumprida.

A terceira promessa, a questão do pedágio. Todos os paranaenses sabem do compromisso que o Governador tem com os paranaenses. E ele sabe que não poderá cumprir.

Por isso, acredito que este Governo vai ter que encontrar, sim, mais uma artimanha, como encontrou na questão da Universidade do Litoral, como vai ter que justificar aos paranaenses não ter cumprido a construção das duzentas mil casas. Vai ter que encontrar uma artimanha para cobrir o sol com a peneira, na questão do compromisso do pedágio.

Mas, Sr. Presidente, subi também à tribuna, para entregar ao Líder do Governo, meu caro amigo, Deputado Dobrandino, a relação de requerimentos que não foram respondidos pelo governo.

Por esta razão, ao entregar isto ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, nós esperamos obter a resposta no mais curto espaço de tempo, para que possamos dar prosseguimento ao nosso trabalho, porque o Governador esteve nesta Casa, no dia da sua posse e disse aos Deputados que em cinco dias os requerimentos seriam respondidos e nós temos requerimentos aqui de 2003 que não foram respondido. Eu sei que muitas ações do Governo se tornam difíceis explicar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpas ao Deputado Scarpellini porque me falta tempo para lhe dar o aparte, pois certamente V. Exa. contribuiria e muito com o nosso pronunciamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PP.

Com a palavra, o Deputado Geraldo Cartário.

Liderança do PP: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto tão comemorado nos últimos dias em Curitiba e no Paraná me traz a esta tribuna para nos colo-

car também numa posição assumida, não só por mim, mas pelo Partido Progressista.

Eu gostaria de dizer aos companheiros Deputados, com todo o respeito ao Plauto Miró Guimarães, mas quando se fala em segurança, não é o fechamento dos bares às 11h00 da noite que vai resolver o problema da segurança em Curitiba e região metropolitana do Paraná, visto que em 1998, na cidade de Fazenda Rio Grande, onde meu filho era Prefeito, através de uma lei do município, Câmara Municipal, não da Assembléia, porque se fosse da Assembléia estaria usurpando o direito constitucional mas lá a Câmara de Vereadores aprovou e foi determinado que os bares da cidade seriam fechados às 11h00 da noite.

Passaram-se os anos. O Prefeito de então, Cartário Júnior, recebeu um processo na justiça por abuso de autoridade, processo este que até hoje não teve o seu fim; ele continua existindo porque se levantou a questão de que o Prefeito, ao determinar, com uma lei aprovada pela Câmara, estaria tirando o direito do cidadão de usar o que existe na cidade livremente, sem determinar os horários sequer.

A coisa foi passando e alguns órgãos de imprensa e de segurança começaram a fazer um trabalho, onde alguns Prefeitos, na base da demagogia, como é o Prefeito da Fazenda Rio Grande, apresentaram para o Paraná e para o Brasil como um problema resolvido, fechando os bares às 11h00 da noite.

Srs. Deputados no final de semana mataram duas pessoas na Fazenda Rio Grande, com os bares fechados à 11h00 da noite! Isto quer dizer que não é o fechamento dos bares às 11h00 da noite que vai proporcionar e vá mudar esta loucura. Parece que estamos no Iraque, matando trinta, quarenta pessoas por fim de semana em Curitiba e região metropolitana.

O problema tem outras profundidades. Temos que analisar que o problema é falta de emprego, é má distribuição de renda, como dizia há poucos dias atrás o Governador Roberto Requião, quando nos falava numa reunião que apenas seis por cento da população brasileira tem um salário superior a oitocentos reais, ou seja 94% da população do Brasil ganha menos que oitocentos reais por mês. Este é um dos grandes problemas que cabe ao Presidente da República, aos governadores, aos prefeitos e a todos nós resolvermos, através de uma melhor distribuição de renda.

Em quinze dias, Deputado Scarpellini, no mês de setembro, mataram oito pessoas na Fazenda Rio Grande, com os bares fechados às 10h00 ou às 11h00 da noite.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados faço um apelo ao Deputado Plauto Miró Guimarães, que não peça apenas a retirada do seu projeto, porque um dos projetos é do Prefeito Fernando Carli, lá da cidade de Guarapuava, ele pode perfeitamente, como foi feito na Fazenda Rio Grande, mandar uma mensagem para a Câmara e a Câmara aprovar que o funcionamento dos bares, em Gua-

rapuava, seja de acordo com as necessidades e o que a Câmara de Vereadores determinar.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente existe muita exploração em cima desses projetos. Sete pessoas morreram no fim de semana, em Fazenda Rio Grande, oito morreram agora e por isso faço o apelo ao nosso companheiro e amigo, Plauto, não apenas peça o afastamento temporário do projeto aqui desta Casa mas retire, retire definitivamente, pois vem a ferir os princípios democráticos da autonomia municipal. Eu que já fui Prefeito quero dizer que jamais votarei aqui um projeto que tira as prerrogativas e a autonomia dos municípios do Paraná e do Brasil.

Com o aparte, Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Muito obrigado, Deputado Cartário. Quero neste momento apartando, cumprimentá-lo pelas colocações e pela inteligência com que V. Exa. coloca a questão da criminalidade no País. Ela não está ligada diretamente ao fato de o bar estar aberto até às 23h00 ou 22h00.

O que temos que procurar melhorar, é com relação ao emprego e trabalho para nossa juventude. A maioria dos jovens não tem profissionalismo suficiente, não encontram trabalho, não encontram emprego, e sem perspectiva de vida, muitas vezes, ingressam na vida do crime.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, nós encontramos nas cadeias e nas penitenciárias mais de 85% dos presos jovens com menos de 25 anos. Então, não é a questão do envolvimento criminal na relação da bebida alcoólica ou do bar aberto; é o estado de necessidade que tem a nossa juventude de sobreviver, de procurar trabalhar, de procurar um emprego para existir! Enquanto não encontra, muitas vezes cai no crime e aí dá o que acontece em Fazenda Rio Grande, em Londrina, em Apucarana, em Curitiba e não podemos sacrificar então um setor importante como é o que aqui está representado.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cartário, veja como V. Exa. está cheio de razão, veja como esta Casa tem sabedoria: o Deputado Plauto Miró pediu o arquivamento do seu projeto, também o Deputado Ailton Araújo pediu arquivamento do seu projeto.

(Aplausos)

Então agora, Deputado Cartário, como não temos outra saída, teremos que votar o do Deputado, que já não é mais Deputado, é Prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli e como diz V. Exa. pode perfeitamente implantar no seu município. Aí, sim, eu solicito que seja

votado contra o projeto do Ribas Carli porque os dois já foram.

Mais um exemplo, e agora vem do Presidente da Casa, Hermas Brandão, que determinou - porque o Presidente da Casa não pode determinar - que fosse arquivado também o projeto do Deputado Fernando Ribas Carli.

Portanto, a categoria está hoje liberada, não há mais o que discutir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PPS)

Gostaria que V. Exa. considerasse o tempo do entusiasmo que o Presidente Hermas Brandão trouxe a esta Casa com o arquivamento do projeto do Deputado Fernando Ribas Carli.

Mas queria dizer, Sr. Presidente, que o nosso companheiro do Partido Progressista hoje Prefeito de Guarapuava, merece todo o nosso respeito e tenha certeza que ele aqui hoje haveria também de pedir o seu arquivamento, sabendo que lá na sua cidade de Guarapuava ele pode perfeitamente transformar em lei o pensamento que tinha.

O Sr. Ailton Araújo (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi feita uma afirmação dessa tribuna que merece reparos. Foi dito que precisamos ter mais responsabilidade. E concordo com o Deputado Hermes Fonseca.

Tenho aqui em mãos o parecer assinado em 01/12/2004, quando S. Exa. o Deputado Hermes Fonseca era Presidente da Comissão e votaram e aprovaram esse parecer, também com a assinatura do Deputado Jocelito. Só para dizer que se esse parecer não era correto, deveria ter sido rejeitado lá, na sua Comissão, porque aqui tem oito assinaturas, e para prevalecer precisava das oito assinaturas naquela ocasião, quando o número dos membros que participavam era maior.

Então, quero dizer que neste caso, fomos induzindo a erro. Não estou, aqui, discutindo o mérito da legalidade ou não. Tenho um outro entendimento. Só que neste caso aqui, fico confuso. Será que do dia 1º de dezembro até agora a legislação mudou?

O Sr. Hermes Fonseca (PT)

Sr. Presidente, mais uma vez o Deputado se comporta de forma deselegante. O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não vota. E eu não votei em projeto nenhum. A Comissão aprova o projeto do relator. E eu não fui relator. Era Presidente e a Comissão aprovou, por voto, o parecer do relator. É por isso que está em plenário.

Sempre fui da inconstitucionalidade desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Geraldo Cartário, o seu tempo já esgotou. Não é mais permitido aparte.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PPS)

Encerro, só lamentando não ouvir a palavra do Deputado Ratinho, porque é um jovem que certamente estaria se posicionando a favor dos nossos bares para que possamos tomar um aperitivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PMDB.

Liderança da Oposição.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Gostaria de fazer um apelo aos demais oradores, em respeito às galerias, que vêm defender o seu direito de trabalho, que encerremos a votação e votemos o arquivamento para deixar as galerias voltarem ao seu trabalho, com certeza de terem vencido essa guerra.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, apenas para esclarecimento.

Um conhecido meu veio falar comigo e disse: “Ratinho Júnior, por que você está a favor do projeto dos bares?”

Quero deixar bem claro aos nossos empresários de casas noturnas, que em nenhum momento falamos que somos contrários ou favoráveis ao fechamento. O que aconteceu é que eu fui relator do projeto do Deputado Plauto Miró Guimarães, na CCJ, e na CCJ, quando é apresentado um projeto, é votada a sua constitucionalidade. Não quer dizer que somos a favor ou contra. Somos favoráveis à constitucionalidade do projeto. Não quer dizer, o mérito do projeto, se o Deputado Plauto Miró é bom ou ruim. Isso vai ser votado aqui no plenário. Isso não foi discutido.

Sou favorável aos donos de casas noturnas que geram empregos, que têm funcionários na área da cozinha, garçons, bandas, enfim, isso somos favoráveis.

Quero deixar bem claro, porque já estavam fazendo política nas nossa costas e não admitimos isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) **(Pela Ordem)**

Só para anunciar a todos os representantes de entidades que aqui estão, que retiramos o projeto, foi pedido o arquivamento. Depois que é pedido o arquivamento, dentro de um determinado prazo, é possível retornarmos com ele à discussão.

Nesse período, quero conversar com vocês, representantes, proprietários e trabalhadores. Quero que todos vocês estejam juntos para nós ajustarmos o projeto, para que possam analisar, possam refletir que ele não é exatamente aquilo que falaram para vocês.

Nos próximos dias, então, vou chamá-los para conversarmos, para ajustarmos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança da Oposição: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa. Em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pelo arquivamento do projeto e dizer aos representantes de bares que aqui estão, que o Deputado Anibelli fez um apelo para que abrissemos mão do horário, vou abrir mão de uma parte, mas de outra, não posso deixar de falar.

Não posso deixar de falar, porque estou sendo acusado pelo Governador Roberto Requião que encaminhou um pedido de CPI contra a minha pessoa, porque diz ele que estou caluniando o Porto de Paranaguá.

Quero só esclarecer que as denúncias que fizemos com relação ao Porto de Paranaguá, partiram da própria irmã do Governador Roberto Requião! Foi ela que disse que o Superintendente do Porto não repassa o dinheiro da varredura executada lá no Porto para o PROVOPAR, cujo dinheiro passa de duzentos mil reais por mês e que portanto, ela estava sem poder trabalhar no PROVOPAR, porque não vinha o dinheiro do Porto; então apresentei aqui um requerimento, solicitando que o Sr. Eduardo Requião, Superintendente do Porto de Paranaguá viesse aqui para esclarecer e ele fez um ofício malcriado ao Presidente da Assembléia e outro a mim, que veio por fax, dizendo que não viria aqui para responder calúnias da Assembléia e de Deputados deste Parlamento.

Aí o Governador vem e pede uma CPI e então, estamos até fazendo uma avaliação daquilo que o Governador fez, porque ele, como advogado, parece-me que cometeu um erro jurídico muito grande e vamos inclusive pedir à OAB para que suspenda a sua carteira em definitivo, para que ele, quando sair do Governo, tenha que sentar lá na frente de uma Banca Examinadora e fazer um novo exame na sua Ordem dos Advogados, porque entendemos que o Governador Roberto Requião está superado, do ponto de vista da Advocacia e do Direito Moderno. Talvez, ele possa, sim, se valer da sua formação do curso superior para ter alguns privilégios no futuro, que eu graças a Deus não precisei disso durante esses doze anos sem imunidade que eu vivi. Acredito que ele não passa por seis meses sem a sua imunidade, se perder uma eleição.

Mas queremos também falar sobre o IPTU que o Governador não paga, da casa da família que lhe pertence ali no centro de Curitiba e, que está devendo 133 mil reais de IPTU. Essa casa se localiza na Rua Vicente Machado, nº 334. Na última eleição de Governador serviu para Comitê do Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, então candidato pelo PMDB, o meu MDB

de guerra, mas que ele nunca foi emedebista de guerra, porque ele só se filiou no MDB depois dos anos em que a Ditadura já tinha afrouxado no Brasil, depois de 79, 80. Antes disso, aquela casa, que foi comitê do Governador Roberto Requião, foi a sua mal sucedida loja nacional de venda de artigos domésticos e sofás.

Agora estou entendendo porque o Governador Roberto Requião pôs uma loja de sofás. Isso será assunto e objeto de uma conversa que vamos ter na seqüência, também.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou ouvindo falar de estradas pavimentadas e arrumadas que parecem um espelho pelo Paraná afora. Estive em Brasília, na Comissão de Defesa do Consumidor, na quinta-feira. Lá, então, a conversa gira em torno desse Governo do Paraná, que aqui está tudo resolvido, porque quem vê televisão pensa que é verdade. As estradas estão pavimentadas, o Porto de Paranaguá, pela propaganda oficial, é de uma eficiência a toda a prova. O combate à corrupção e ao nepotismo aqui no Paraná é diuturnamente defendido e praticado pelo Governador Requião, que nunca colocou suspeitas sobre os seus familiares, que já são mais de uma dezena, no Governo do Estado do Paraná.

Então a sugestão lá em Brasília que eu deixei, é para quem quiser que leve o Governador Roberto Requião para administrar outros Estados e resolver o problema da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, porque aqui no Paraná, pela propaganda do Governo está tudo resolvido. Nada tem a fazer por essas plagas, aqui no Sul, pois tudo está solucionado nesta região das Araucárias. Tanto é que está tudo resolvido que estamos agora criando mais cem mil alqueires de parques com o aval do Governo do Estado do Paraná. Sacrificamos os agricultores que ao longo dos anos deixaram algumas reservas, esses agricultores já fizeram os seus verdadeiros parques e, agora, querem tomar dos agricultores aqueles parques que eles mesmos deixaram como reserva nas suas propriedades rurais.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado, quando o senhor toca na questão referente à criação de parques no Estado do Paraná, estamos tendo cinco parques sendo criados.

Tira a palavra parque. Fale Unidade de Conservação, porque nesses locais não vai ser permitida a visitação pública. São locais que vão ficar lá, para estudos, para que pesquisas possam ser feitas pelo menos quase na totalidade desses parques.

Quero dizer que só na cidade de Ponta Grossa, Deputado Elio Rusch, no tal Parque Ecológico dos Campos Gerais, tem quatrocentas propriedades que serão prejudicadas, e a maioria delas são áreas produtivas, de agricultura. No dia em que aqui esteve o representante do meio ambiente, ele falou que são 32 propriedades. Ele faltou com a verdade! E como aqui nós colocamos, são quatrocentas propriedades. E lhe digo: a maior parte,

pequenos proprietários rurais, pequenos agricultores, que na hora em que forem retirados de lá, com certeza vão engrossar o Movimento Sem-Terra, no Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vi lá em Guaíra, na última reunião em que lá estivemos, participando juntamente com uma comissão de Deputados aqui da Assembléia, conversando com os ilhéus de Ilha Grande, que foram despejados da ilha na criação do Parque Nacional de Ilha Grande, 2500 famílias que foram despejadas de lá, estão passando fome, morando à margem das cidades, em favelas, porque o governo não indenizou suas pequenas propriedades.

Se não indenizou um ou dois alqueires, se não respeitou aqueles pequenos produtores rurais, Deputado Ademir Bier muito bem falou lá naquela reunião, se o IBAMA e o Governo Federal não pagam as indenizações para aquelas pequenas famílias que lá estão, sem ter o que comer, ora, que Parque é este que estamos criando, em cima da miséria, em cima de um estado de precariedade em que se colocam aquelas famílias para viver? Aí você vai privilegiar algumas espécies nativas e vai degradar o homem, o ser humano, colocando-os na beira de favelas, em lonas pretas, pior do que os sem-terra, porque estes ainda ganham uma cesta básica para poderem viver nos acampamentos, e aqueles desapropriados...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Scarpellini, V. Exa. está falando que o Governador não paga o IPTU da sua casa?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sim, é uma propriedade que pertence à família e pertence também ao Governador Roberto Requião, na Vicente Machado, que não vem pagando IPTU nos últimos seis anos, e a Prefeitura não está executando aquele imóvel na Justiça. Isto é que é o crime de responsabilidade fiscal do ex-Prefeito, que deixou de executar o IPTU do Governador.

Ora! Fique você devendo! No ano seguinte, a Prefeitura executa seu IPTU! Agora, este é um imóvel privilegiado, porque tem um histórico de dívida que vai a 133 mil, 426 reais e 14 centavos.

Olha, é um imóvel grande, ali na Vicente Machado. Passa-se lá e vê-se que ficou um depósito de lixo, um depósito de sujeira, um lugar que vive só amotinado, com andarilhos da cidade. É uma coisa inacreditável, um imóvel daqueles trazendo transtorno para a cidade de Curitiba, trazendo todos os problemas que traz para a população que usa a rua Vicente Machado. Ainda não paga o IPTU e este imóvel pertence à família do Governador Roberto Requião de Mello e Silva! Ele é um dos proprietários deste imóvel, que está devendo 133 mil, 426 reais e 14 centavos!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 082/2005, subscrito pelo Sr. Presidente Nacional da Elo Social Brasil, constante do expediente, encaminhando notificação extra-judicial, a respeito do decurso de prazo, para fornecimento da certidão requerida em seu Ofício nº 170/2004 de 21/12/2004.
Ao Exmo. Sr. Procurador, para os devidos fins.

Indicação nº 018/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando ao Poder Executivo envio de mensagem dispondo sobre a criação da Secretaria Estadual Antidrogas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 019/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando à Mesa, na forma regimental, seja oficiado ao Governador do Estado, solicitando o envio de Mensagem a esta Casa de Leis, de acordo com o anteprojeto de lei que institui a obrigatoriedade da publicação de listas de veículos furtados, roubados e desaparecidos que forem localizados pelos órgãos de Segurança do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 020/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, propondo a estadualização do trecho da rodovia “Desembargador Edmundo Mercer” que liga a sede do Município de Formosa do Oeste à localidade de Consolata, com extensão e seis quilômetros e a recuperação asfáltica.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rush, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

O SR. CESAR SELEME (PP) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a honrosa visita em nosso plenário, do Dr. Cícero da Silva, ex-Desembargador aposentado. Honrosa visita, Dr. Cícero.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas ao nosso ilustre Desembargador.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para comunicar a todos os Deputados presentes que amanhã, às 9h da manhã, a Comissão de Constituição e Justiça fará realizar uma audiência pública para tratar da autarquização da EMATER.

Desta forma comunico a todos os Parlamentares, Deputados da Situação e da Oposição, para que no plenário da Assembléia Legislativa se façam presentes a partir das 9h. Inclusive essa audiência pública será aberta por V. Exa., nobre Presidente Hermas Brandão; Deputado Nereu Moura, 1º Secretário desta Casa, também já confirmou presença. É um assunto palpitante, relevante e queremos que todos os Parlamentares discutam a autarquização da EMATER.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1356, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 04, da Ordem do Dia, da presente Sessão. Em Discussão.

Quero informar ao Plenário que, se for aprovado o requerimento, automaticamente estarão rejeitados os do Barbosa Neto e Waldir Leite, que solicitam destaque nos seus projetos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de fazer aqui uma conclamação à Base de Sustentação do Governo para que possamos fazer o destaque dessa proposição, desse projeto de lei que foi vetado pelo Governador Roberto Requião.

É um projeto de enorme relevância, na minha modesta opinião, para o próprio Governo do Estado. Vai trazer a oportunidade ao Governo de aumentar a sua arre-

cadação, oportunidade que pode ter corrigida uma enorme distorção, para beneficiar milhares de contribuintes do Estado do Paraná.

É um projeto que estabelece apenas e tão somente a prioridade para o parcelamento daqueles que têm multas, impostos atrasados, taxas de estadias nos pátios do DETRAN.

Esse projeto foi vetado no ano passado, mas na semana passada na cidade de Londrina em frente ao pátio do DETRAN, um cidadão humilde, Sr. Sebastião Cassiano, se não me falha a memória, no dia anterior havia pago a sua dívida dos impostos atrasados, por conta da não transferência do seu veículo, uma Brasília antiga que acabou indo a leilão sem o seu conhecimento. Ele fez o pagamento de mais de setecentos reais, quase o valor do carro no dia anterior. E no dia seguinte foi para retirar o veículo que ele pensava estar no pátio do DETRAN de Londrina. Ele acabou tendo um enfarte fulminante e morreu em frente ao pátio do DETRAN, na Vila Iara, na cidade de Londrina.

Nessas condições existe milhares e milhares de pessoas que só querem a oportunidade de poder pagar os seus débitos junto ao DETRAN. Quantos veículos estão apodrecendo nos pátios do DETRAN? Esse projeto não vai fazer nenhuma restituição, nenhuma compensação de crédito, é apenas para as dívidas de dezembro de 2003!

Vai ser um benefício muito grande para o Governo do Estado, que poderá fazer a arrecadação. Não compensa ao Governo emitir uma fatura para que esse cidadão possa quitar a sua situação de um valor inferior, mas o projeto já garante para aquelas parcelas que sejam inferiores a cinquenta reais. Não vai beneficiar essas pessoas.

Esse projeto além de beneficiar o Governo do Estado, tem um alcance social muito grande, que vai com certeza ajudar, repito, o Governo a arrecadar mais e poderia evitar o que aconteceu com esse humilde cidadão, um aposentado de 66 anos que foi retirar a sua Brasília e não sabia que esse carro já tinha ido a leilão.

Nós poderíamos, sem dúvida nenhuma, fazer aqui essa correção e o apelo que faço aqui ao Deputado Dobrandino, Líder da Oposição neste momento, é para que fizesse pelo menos a discussão desse mérito em separado e não englobasse junto com os outros vetos que estão para serem analisados na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para saber se tem a Mesa um requerimento do Deputado Leite do PPS, nosso Líder, que assinou pedindo voto em separado do veto de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

066/2004 há um pedido também, mas volto a informar a V. Exa. que se for votado o requerimento do

Deputado Dobrandino da forma como está, automaticamente os demais requerimentos estarão prejudicados.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Com todo respeito ao Deputado Barbosa Neto, mas lembro-me que na Fazenda já existe um projeto de lei que tem normas para parcelamento dessas dívidas do IPVA. Foi pensando dessa forma que o Governo vetou, e eu, no papel de Líder do Governo, já encaminhei o requerimento para votação em bloco e não posso retirá-lo agora, até porque eu acho inócuo esse projeto de lei, embora respeitando o Deputado Barbosa, é um direito que o Deputado tem, mas eu, sinceramente, vou encaminhar a votação em bloco.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, consulto à Mesa se há possibilidade de pedir preferência de votação dos requerimentos, para que déssemos ao menos a oportunidade para os dois requerimentos, tanto do Deputado Ratinho e também do Deputado Barbosa Neto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo ao que V. Exa. nos solicita, quero informar que temos que pôr os requerimentos em votação de acordo com a ordem que foram protocolados.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

E se eu apresentar um requerimento, agora, pedindo a inversão de votação conforme o protocolo?

Apresentando um requerimento à Mesa que seja votado o inverso conforme o protocolo, ao menos, nós estaríamos, Sr. Presidente, se os Deputados quisessem...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está em processo de votação, não há possibilidade mais, nobre Deputado. Eu entendo perfeitamente a questão de V. Exa., gostaria de atendê-lo, mas já está em processo de votação e não cabe agora pedir a inversão de ordem.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Se o Deputado quer inverter, quero aproveitar para pedir aos Deputados da Base que votem pela aprovação do requerimento, votem em bloco todos os da Base que votem pela aprovação do requerimento, votem em bloco todos os vetos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Eu encaminho contrário ao requerimento do Deputado Dobrandino. Até posso concordar com o Deputado Dobrandino de que votemos em bloco, mas retiremos do requerimento do Deputado Dobrandino, os dois itens já solicitados pelos nossos Parlamentares, Deputado Barbosa Neto e Deputado Leite para que pudéssemos dar a oportunidade para que esses dois Parlamentares pudessem discutir e encaminhar esses projetos. Eu concordo com o requerimento do Deputado Dobrandino na questão de votar em bloco, mas retirando, nesse seu requerimento, esses dois itens, nós votaríamos a favor.

Eu consulto a V. Exa. como Líder do Governo, democrático que é para que retire esses dois itens e votamos em bloco. É uma solicitação especial do Deputado Barbosa e do Deputado Ratinho Júnior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos Srs. Parlamentares que se dirijam aos seus assentos, para que o nosso Secretário possa fazer a verificação de votação.

(Procede-se a verificação de votação)

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dobrandino para votação em bloco dos Itens nº 01, 02, 03 e 04, queiram levantar-se. Vinte aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se. Dezesete.

Está **aprovado** o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Há uma dúvida a ser definida por V. Exa. agora, se V. Exa. assim entender merecer a manifestação neste momento.

Os Deputados autores das leis que versam sobre o fechamento de bares e restaurantes, dos três projetos, passaram para a imprensa e as lideranças empresariais de que a qualquer momento esses projetos poderão voltar na ordem do dia, ainda nesta legislatura, e eu entendo que V. Exa. colocou em votação os referidos requerimentos para arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Responderei à questão de ordem de V. Exa. amanhã.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado solicito ao Sr. 1º Secretário a chamada dos Srs. Deputados para a votação em bloco dos itens 01 a 04.

Discussão Única

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 066/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

(O Projeto de Lei nº 503/2003, encontra-se publicado no DA nº 059/2004, de 23/06/2004, em Item 02 - Redação Final).

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 016/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 390/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece prioridade de parcelamento de Imposto sobre propriedade de Veículos, IPVA e multas referentes ao período até dezembro de 2003. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 001/2005

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 315/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 390/2004, por julgá-lo inconstitucional porque fere o artigo 133 e seguintes da referida Constituição, que reservou ao Chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo de tal matéria.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 390/2004, encontra-se publicado no DA nº 096/2004, de 04/11/2004, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 016/2005

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que a presente Proposição de Veto nº 16/2005, que trata do Projeto de Lei nº 390/2004 de iniciativa do Deputado Estadual Barbosa Neto, foi apostado no prazo regimental apresentando parecer favorável à normal tramitação do Veto nº 16/2005.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 025/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 054/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da administração pública estadual direta e indireta por servidores públicos estaduais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 028/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 347/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 054/2004, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso II, da referida Carta Constitucional. Com o devido detalhamento, segue em anexo pronunciamento do Dr. Sérgio Botto de Lacerda, sobre a matéria em foco.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 054/2004, encontra-se publicado no DA nº 011/2004, de 09/03/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL Nº 025/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Tadeu Veneri, a qual fixa penalidades aos ser-

vidores públicos estaduais em caso de prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição inconstitucional, uma vez que, na opinião do Governador, a iniciativa para propor norma neste sentido é competência privativa do Poder Executivo, nos termos do artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual. Remete ainda sua justificativa a um parecer da Procuradoria Geral do Estado que acompanha as razões do veto.

Voto do Relator e sua fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, desdobra-se em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observa se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, apresentando-se no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessário, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em Plenária, quando fundamentou-se por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não, ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 02 de fevereiro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 24 de fevereiro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71 da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem formal, logo, entendemos cabe a esta Comissão opinar pela justificativa da mesma.

Ao apreciar originalmente a proposição, esta Comissão aprovou favorável de lavra do ilustre Deputado Delegado Bradock, que emitiu parecer pela constitucionalidade da proposição. Por coerência, entendemos, salvo novo juízo desta Comissão, manter-se o entendimento anterior, posto que devidamente debatido.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável, no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apre-

sentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa do veto diretamente para apreciação no Plenário desta Casa, remetendo-se ao parecer anterior desta Comissão.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.
(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13411 de 26 de dezembro de 2001, que criou o Programa Parceiro da Escola. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 024/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 355/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 179/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 13411, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Programa Parceiro da Escola.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, considerando contrárias ao interesse público, as pretendidas alterações ao texto da Lei nº 13411/2001:

Em atenção à solicitação de V. Exa, com respeito ao pronunciamento dessa Secretaria de Estado da Educação sobre o Projeto de Lei nº 179/2004, que versa sobre a alteração da redação da Lei nº 13.411, de 26/12/2001, que criou o Programa Parceiro da Escola, cumpre-nos, primeiramente, ressaltar que a educação é um direito do cidadão a ser garantido pelo Estado, e este deve oferecer uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Entendemos que a utilização do espaço escolar para propaganda, bem como a indicação de empresas nos uniformes escolares como troca, fere o princípio acima destacado.

Sendo a função da escola a formação de cidadãos conscientes e críticos, com direito à escola, segundo as suas convicções e valores, consideramos não ser responsável qualquer uso de propaganda, considerando-se o princípio desta de influenciar, e seu efetivo poder de persuasão sobre pessoas adultas, quanto mais sobre as crianças e adolescentes, que, por viverem a fase de formação, no amplo sentido, ficam vulneráveis às informações recebidas.

Por todo o exposto, manifestamo-nos contrário a que o projeto de lei em pauta prospere.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 179/2004 encontra-se publicado no DA nº 133/2004, de 15.12.2004, em Item 06 - Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO Nº 029/2005

P A R E C E R :

Do veto

O Chefe do Poder Executivo em conformidade com o disposto no artigo 87, VII e artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual, considerou o Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, contrário ao interesse público.

Em sua justificativa argumenta que: *Sendo a função da escola a formação de cidadãos conscientes e críticos, com direito à escola, segundo as suas convicções e valores, consideramos não ser responsável qualquer uso de propaganda, considerando-se o princípio desta de influenciar, e seu efetivo poder de persuasão sobre pessoas adultas, quanto mais sobre as crianças e adolescentes, que, por viverem a fase de formação, no amplo sentido, ficam vulneráveis às informações recebidas.*

Do voto

A proposição encontra-se adequada para ser submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, não é mais possível encaminhar votação? Pergunto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está em processo de votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Tudo bem. É porque temos um veto hoje, Sr. Presidente, sobre assédio moral.

Então, como todos os vetos serão votados em bloco, o projeto sobre assédio moral já foi aprovado aqui, foi vetado pelo Sr. Governador - até porque há uma justificativa que posteriormente será mandada a outro projeto.

Mas, fazemos um apelo aos Srs. Deputados, justamente porque é um processo, um projeto que está sendo nacionalmente debatido.

Por isso, pedimos para ser derrubado o veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, só para instruir a Oposição. Pedimos para a Oposição votar NÃO e ficamos tristes com o coração de pedra do Líder do Governo, que não deu nem a oportunidade para que seus aliados pudessem votar os seus projetos aqui em separado. O coração dele está ficando duro.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, não posso encaminhar ainda? Estava discutindo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está em processo de votação. Já solicitei.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Apenas para um esclarecimento, Sr. Presidente: é SIM a derrubada ou a manutenção do veto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para derrubar o veto: NÃO. É a cédula preta. Para manter o veto: SIM.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ailton Araújo**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram.

Convido os Srs. Deputados Ademir Bier, Miltinho Pupio e Elio Rusch para escrutínio dos votos dos Srs. Deputados.

(**Feita a contagem dos votos**)

Vinte e cinco votos NÃO.

Dezessete votos SIM.

Mantidos os vetos.

2ª Discussão (Preferência de Votação)

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná entre 02h00 e 09h00. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDAS DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM

PARECER FAVORÁVEL À EMENDA Nº 02 E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 209/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 209/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná, entre 02h00 e 09h00

O projeto recebeu duas emendas de Plenário de autoria do Deputado Jocelito Canto, que visam excluir da proibição os estabelecimentos comerciais que possuam alvarás específicos para a venda de bebidas alcoólicas e que se utilizam de som mecânico ou ao vivo.

Fundamentação

As emendas não possuem qualquer óbice de natureza legal ou constitucional. Todavia, a Emenda nº 01 está contida na íntegra na Emenda nº 02, motivo pelo qual acatamos com parecer favorável somente a Emenda nº 02.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação da Emenda de Plenário nº 02.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Ailton Araújo, Ratinho Júnior, Reni Pereira, André Vargas, Luiz Carlos Martins, Delegado Braddock e 01 ilegível.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1400, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto arquivado o Projeto de Lei nº 209/2004, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Redação Final

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 009/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE, vinculado à Secretaria de Estado do Turismo.

Art. 2º O FUNPREVIVE tem como objetivos:

- I - fomentar e incentivar o ecoturismo;
- II - capacitar pessoal para atendimento e orientação dos visitantes do parque, bem como os cuidados com a preservação local;
- III - angariar recursos para investimentos.

Art. 3º O FUNPREVIVE será administrado por um Conselho Executivo constituído dos seguintes membros:

- I - um representante do Município de Ponta Grossa, indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
- II - um representante do Município de Ponta Grossa, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;
- III - um representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º O Conselho Executivo terá as seguintes competências:

- I - coordenar, supervisionar e deliberar sobre a implantação do FUNPREVIVE;
- II - avaliar e aprovar todos os contratos e demais procedimentos referentes à administração do Parque Estadual de Vila Velha que envolvam recursos do Fundo;
- III - elaborar em cada exercício financeiro um Plano Anual de Investimentos para o ano seguinte, estabelecendo as prioridades para aplicação dos recursos do FUNPREVIVE;
- IV - receber sugestões e denúncias e dar-lhes o devido encaminhamento.

Parágrafo Único. As funções de membro do Conselho do FUNPREVIVE não serão remuneradas.

Art. 5º As finanças do FUNPREVIVE serão constituídas por recursos provenientes de:

- I - cobrança de ingresso para visita do local;
- II - doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 6º As receitas do FUNPREVIVE serão usadas e aplicadas exclusivamente na realização de seus objetivos.

Art. 7º A cada final de exercício o Conselho Executivo emitirá balanço contábil das receitas e aplicações e movimentações financeiras dos recursos do FUNPREVIVE, o qual deverá ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 8º Os dispositivos desta lei serão regulamentados no Regimento Interno do FUNPREVIVE, que será aprovado por decreto do Executivo Estadual.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembleia Legislativa do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra ao Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do contorno sul (Anel Viário), na sede municipal de Marechal Cândido Rondon. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que denomina Engenheiro Agrônomo Oscar Figueiredo Filho, a rodovia PR-542, entre os Municípios de Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Colorado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand - APAE, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária das Mulheres do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Fundação Pró-Pinhais de Promoção Humana, com sede e foro no Município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Assistência Social Boas Obras de Campo Mourão - ASBOCAM, com sede e foro no

Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CAICTM. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 008/2005

P A R E C E R :

Do projeto de lei:

De autoria do Deputado Ailton Araújo o Projeto de Lei nº 008/2005, pretende vedar a “venda de bebidas alcoólicas nos bares, restaurantes e lanchonetes após às 23h, no Estado do Paraná” (art. 1º do PL nº 008/2005).

Em sua justificativa o autor afirma ser “grande a incidência de criminalidade após às 23h, devido a ingestão de bebidas alcoólicas”. Assevera ainda que: “localidades em que medidas semelhantes foram adotadas, os índices de criminalidade reduziram de forma considerável”.

Do Parecer:

É certo que os principais danos sociais usados para justificar o controle do consumo de álcool são os índices de crimes, doenças e acidentes relacionados ao consumo exagerado. Estimativas da Secretaria Nacional Antidrogas apontam que em cerca de 80% dos registros de homicídios, violência doméstica e acidentes de trânsito há a participação do componente álcool.

Estudos realizados pela OMS em 2002 indica que 5,6% de todas as mortes de homens ocorridas no Planeta e 0,6% de mulheres são atribuídas ao consumo de álcool. No Brasil, estudo dos psiquiatras Ronaldo Laranjeira e Nino Meloni, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), revelam que mais de 10% de toda a mortalidade ocorrida no País é conseqüências do consumo excessivo de álcool.

O alcoolismo é hoje o principal problema de saúde pública no Brasil. Temos a metade dos problemas resultantes de drogas que têm os EUA, por exemplo, mas o dobro dos problemas provocados por álcool, segundo afirmação do professor Ronaldo Laranjeira.

Entretanto, deve-se observar que a questão ora abordada - possibilidade de edição de lei estadual restringindo o horário de bares para venda de bebidas alcoólicas - encontra-se dentro do chamado poder de polícia administrativa, que, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, consiste na “*faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso de gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da*

coletividade ou do próprio Estado” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição, p. 110). Este conceito doutrinário há muito foi positivado na legislação brasileira. De fato, o Código Tributário Nacional, em texto amplo e explicativo dispõe: “Art. 78. *Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos*”.

A matéria ora tratada - restrição de abertura de bares para venda de bebidas alcoólicas - situa-se dentre aquelas cuja competência, em razão do simultâneo interesse, pode ser exercida concorrentemente entre as unidades da federação. De fato, como assinala José Afonso da Silva, “há, contudo, uma repartição de competências nessa matéria (*organização da segurança pública*) entre a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada Unidade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais e o fortalecimento do princípio federativo, como, aliás, é da tradução do sistema brasileiro” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., 1994, Malheiros Editores). Em consonância com a supracitada lição doutrinária, dispõe o artigo 144 da Constituição Federal:

“Art. 144. *A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:.....*”

Desta forma, indiscutível a possibilidade de regulamentação da questão mediante a edição de lei estadual. Ressalte-se, ainda, que não se pode enquadrar o tema em discussão como de “*predominante interesse local*”, razão pela qual, não há qualquer invasão da esfera de competência legislativa privativa dos Municípios (art. 30, I, da CF/88).

É que, em matéria de competência legislativa, rege o princípio da predominância do interesse, sendo a União o tratamento de questões nas quais predominam o interesse nacional e da generalidade dos cidadãos, dos Estados o tratamento das matérias relativas a interesses essencialmente regionais e por fim aos Municípios competem os assuntos de interesse predominantemente locais. Confira-se, a respeito, a lição de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“*O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que*

aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência.” (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 9º ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p. 418) *“O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância”.* (Hely Lopes Meirelles, Direito de Construir, 6ª ed., Malheiros, 1993, p. 120).

Portanto, se o interesse ultrapassar os limites do Município, afastada estará sua competência privativa, legitimando-se, assim, a edição de normas estaduais e federais sobre a questão, conforme estejam em jogo, respectivamente, necessidades regionais ou nacionais.

Se é certo que a atividade econômica é assegurada a todos independentemente de autorização dos órgãos públicos salvo os casos previstos em lei, não menos correto é que tal situação não escape ao crivo fiscalizador e normativo do Estado. E como tem decidido os Tribunais (MSnº 2002.00.2.0039261. rel. Des. Jeronimo de Souza, TJDF: ainda Ap-TJDF 2002.01.1.011054-2).

Do Voto

No âmbito exclusivo desta Comissão, isto é, da constitucionalidade e legalidade da matéria, somos pela acolhida, proferindo voto favorável, restando à Comissão de Mérito a análise de seu alcance sócio-cultural e econômico, entre outros.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 008/2005

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, tem por objetivo proibir a venda de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e lanchonetes.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL, chamada a opinar, após exaustiva análise quanto ao mérito, decidiu-se pela rejeição.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua **rejeição**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1397, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 008/2005, item 14 da Ordem do Dia, da presente Sessão.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe, para efeitos de segurança pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CAICTM. (Publ. no DA nº 004/2003, de 23.02.2005)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 043/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei visa ordenar a matéria referente à venda de bebidas alcoólicas e mais especificamente sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas.

Em sua justificativa o autor afirma que *“pesquisas e estatísticas sobre criminalidade...quer contra pessoas quer contra o patrimônio, público ou privado, tem maior incidência nas proximidades dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcoólicas...”*

Segundo estudos, com base em dados do Ministério da Saúde, a bebida alcoólica está envolvida em 70% dos casos de homicídios e 50% da violência doméstica. As estatísticas revelam que no índice de cada 52 homicídios ocorridos, 24 ocorreram em bares ou próximos a eles, e por pessoas embriagadas. Outro dado também mencionado nos estudos é em relação ao horário em que os crimes ocorreram: 73% dos crimes cometidos desta natureza aconteceram nos horários entre às 18h00 e 6h00.

É certo que os principais danos sociais usados para justificar o controle do consumo de álcool são os índices de crimes, doenças e acidentes relacionados ao consumo exagerado. Estimativas da Secretaria Nacional Antidrogas apontam que em cerca de 80% dos registros de homicídio, violência doméstica e acidentes de trânsito há a participação do componente álcool.

Levantamento do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) aponta que ao longo dos últimos quinze anos, de todas as internações hospitalares causadas por drogas, 90% são motivadas pelo álcool.

Segundo pesquisa realizada em 2001 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), em 107 cidades brasileiras, 9,1% dos homens e 1,7% das mulheres fazem uso regular do álcool

(mínimo de três a quatro vezes por semana, incluindo aqueles que bebem diariamente), totalizando em 5,2% o número de indivíduos que bebem regularmente.

Já o número de dependentes seria de 11,2% da população, o que corresponderia a cerca de dezoito milhões de brasileiros. O número maior de dependentes encontra-se nas faixas etárias dos 18 aos 24 anos em que 23,7% dos homens e 7,4% das mulheres são considerados dependentes.

Levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS), feito em 1999, o Brasil apareceu no 63º lugar no consumo *per capita* de álcool, de um total de 153 países. O Brasil está entre os quatro maiores produtores mundiais de destilados. A bebida mais consumida no País, entretanto, é a cerveja. O consumo *per capita* de cerveja é de 54 litros por ano e cresce entre 3% a 5% ao ano. O consumo de cachaça aparece em segundo lugar, com uma média de doze litros por pessoa ao ano.

Outro estudo realizado pela OMS em 2002 indica que 5,6% de todas as mortes de homens ocorridas no Planeta e 0,6% de mulheres são atribuídas ao consumo de álcool. No Brasil, estudos dos psiquiatras Ronaldo Laranjeiras e Nino Meloni, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), revelam que mais de 10% de toda a mortalidade ocorrida no país é consequência do consumo excessivo de álcool.

O alcoolismo é hoje o principal problema de saúde pública no Brasil. Temos a metade dos problemas resultantes de drogas que tem os EUA, por exemplo, mas o dobro dos problemas provocados por álcool, segundo afirmação do professor Ronaldo Laranjeira.

A despeito de todos os significados culturais e simbólicos que o consumo de bebidas alcoólicas adquiriu ao longo da história humana, o álcool não é um produto qualquer. É uma substância capaz de causar danos através de três mecanismos distintos; toxicidade direta e indireta sobre diversos órgãos e sistemas corporais, intoxicação aguda, e dependência. Tais danos podem ser agudos ou crônicos, e dependem do padrão de consumo de cada pessoa, que se caracteriza não somente pela frequência com que se bebe e pela quantidade por episódio, mas também pelo tempo entre um episódio e outro, e ainda pelo contexto em que se bebe.

Da Constitucionalidade e Legalidade da matéria

Em primeiro lugar, deve-se observar que a questão ora abordada - possibilidade de edição de lei estadual restringindo o consumo de bebidas alcoólicas - encontra-se dentro do chamado poder de polícia administrativa, que, conforme leciona Hely Lopes Meirelles, consiste na “*faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado*” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição, p.110). Este conceito doutrinário há muito foi positivado na legislação brasileira. De fato, o Código Tributário Nacional, em texto amplo e explicativo, dispõe:

“Artigo 78. *Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos*”.

O poder de polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos, aptos a condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade. Neste sentido a lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello: “*A polícia administrativa manifesta-se tanto através de atos normativos e de alcance geral quanto de atos concretos e específicos. Regulamentos ou portarias - como as que regulam o uso de fogos de artifício ou proibem soltar balões em épocas de festas juninas - bem como as normas administrativas que disciplinem horário e condições de vendas de bebidas alcoólicas em certos locais, são disposições genéricas próprias da atividade de polícia administrativa*”. (Curso de Direito Administrativo, 13ª ed., Ed. Malheiros, págs. 695/696) O poder de polícia é inerente a toda Administração Pública e se reparte entre as esferas administrativas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Todavia, segundo a técnica de repartição de competências adotadas pela Constituição de 1988, há competências que são deferidas com exclusividade a determinada unidade federativa, enquanto outras são exercidas concorrentemente. Como adverte Hely Lopes Meirelles: “*Em princípio tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria. Assim sendo, os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e policiamento da União; as matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual; e os assuntos de interesse local subordinam-se aos regulamentos edilícios e ao policiamento administrativo municipal. Todavia, como certas atividades interessam simultaneamente às três entidades estatais, pela sua extensão a todo o território nacional (v.g. saúde pública, trânsito, transportes, etc.), o poder de regular e de policiar se difunde entre todas as Administrações interessadas, provendo cada qual nos limites de sua competência territorial. A regra, entretanto, é a exclusividade do policiamento administrativo; a exceção é a concorrência desse policiamento.*” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª edição). A matéria ora tratada - restrição do uso de bebidas alcoólicas - situa-se dentre aquelas cuja competência, em razão do simultâneo interesse, pode ser exercida concorrentemente entre as unidades da federação. De fato, como assinala José Afonso da Silva, “*há, contudo, uma repartição de competência nessa matéria (organização da segurança pública) entre*

a União e os Estados, de tal sorte que o princípio que rege é o de que o problema da segurança pública é de competência e responsabilidade de cada unidade da Federação, tendo em vista as peculiaridades regionais e o fortalecimento do princípio federativo, como, aliás, é da tradição do sistema brasileiro” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., 1994, Malheiros Editores). Em consonância com a supracitada lição doutrinária, dispõe o artigo 144 da Constituição Federal:

“Artigo 144 A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:....”

Desta forma, indiscutível a possibilidade de regulamentação da questão mediante a edição de lei estadual. Ressalte-se, ainda, que não se pode enquadrar o tema em discussão como de “predominante interesse local”, razão pela qual, não há qualquer invasão de esfera de competência legislativa privativa dos Municípios (art. 30, I, da CF/88). É que, em matéria de competência legislativa, rege o princípio da predominância do interesse, sendo da União o tratamento de questões nas quais predominam o interesse nacional e da generalidade dos cidadãos, dos Estados o tratamento das matérias relativas a interesses essencialmente regionais e por fim aos Municípios competem os assuntos de interesse predominantemente locais. Confira-se, a respeito, a lição de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades competentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência.” (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p.418) “O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância”. (Hely Lopes Meirelles, Direito de Construir, 6ª ed., Malheiros, 1993, p. 120) Portanto, se o interesse ultrapassar os limites do Município, afastada estará sua competência privativa, legitimando-se, assim, a edição de normas estaduais e federais sobre a questão, conforme estejam em jogo, respectivamente necessidades regionais ou nacionais.

No caso presente, o interesse em jogo (melhoria da segurança pública mediante a restrição da venda de bebidas alcoólicas) não pode ser considerado predominante

no âmbito municipal. Trata-se, na verdade, de assunto onde predomina o interesse regional, em face da necessidade de disciplinamento uniforme da questão em todo o território estadual. Por outro lado, violação aos princípios constitucionais do livre exercício da atividade econômica e da livre iniciativa, previstos nos artigos 1º, 4º e 170, parágrafo único, da Constituição Federal. Essas liberdades constitucionais não afastam a possibilidade regramento restritivo estatal com o objetivo de assegurar o bem-estar da coletividade, uma vez que não escapa ao crivo fiscalizador e normativo do Estado (artigo 174 da CF/88).

De outro lado, e já em outra linha de raciocínio, esfera-se é certo que o Estado brasileiro adotou um modelo econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na iniciativa privada e na livre concorrência, não menos correto é concluir que isto não implica dizer que não cabe ao Estado intervir nos casos em que seja necessária sua atuação na defesa dos interesses públicos.

Do Voto

Do exposto, e nos termos do parecer, somos de parecer favorável à constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 043/2005.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 43/2005

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Plauto Miro Guimarães, tem por objetivo, para efeitos de Segurança Pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas.

Tal proposutura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, porém, esta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, chamada a opinar, após exaustiva análise quanto ao mérito, concluiu por sua rejeição.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1399, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 043/2005, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 003/2005, de 22/02/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 038/2005

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, que objetiva instituir normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça encontrou, na justificativa do autor, justificativa da importância da proposição em tela, com relevante interesse público, considerando a escassez de recursos orçamentários para grandes investimentos em setores com estruturas deficitária, como transportes e saneamento básico. O autor informa, também, que os Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul já dispunham do instrumento que estabelece normas gerais para formalização das PPSs, com base na legislação estadual própria, antes mesmo da edição da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. E quanto à constitucionalidade, não foi encontrado nenhum óbice para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 038/2005, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 038/2005

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei complementar, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, que quer instituir normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 038/2005, quanto ao mérito, tendo em vista da importân-

cia da proposição que irá proporcionar recursos para grandes investimentos em setores com estrutura deficitária, como transporte e saneamento básico.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Em votação.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Sr. Presidente, estamos votando hoje a constitucionalidade desse projeto e o artigo 22, da Constituição Federal, diz o seguinte: (**Lê artigo**). E no inciso 27 diz assim (**Lê**). Parágrafo Único (**Lê**).

O Deputado Durval Amaral propõe estabelecer normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito Estadual. Essa matéria só pode ser tratada se for objeto de um projeto de lei complementar. E se tratando de um projeto de lei ordinária a matéria está em desacordo com o que dispõe a Constituição e portanto pedimos que o autor repare este erro, porque é impossível tratarmos de uma matéria que exige quórum qualificando e tratarmos por voto de maioria apenas.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, lei complementar aplica-se a matérias que visam complementar a Constituição Federal. Não obstante o entendimento do nobre Deputado Hermes Fonseca, esta matéria das parcerias público-privadas não podem ser entendidas como lei complementar. Não foi assim que ocorreu na lei aprovada pelo Congresso Nacional que instituiu a parceria pública e privada, por lei ordinária. Também foi por lei ordinária em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil. Inclusive tenho a cópia da lei, aqui, que é a Lei Federal.

Então, esse argumento de que se trata de lei complementar, certamente se houvesse, vou passar - porque sei que o Deputado Hermes Fonseca não tem intenção de prejudicar o projeto - às mãos do Deputado Hermes, porque se trata de lei ordinária.

Então, não se sustenta o argumento que não deveria ser lei complementar e sim ordinária. Com relação a possíveis inconstitucionalidades que houvessem por vício de origem, lendo atentamente o projeto, que tenho certeza que ele o fará, vamos ver que todas as imposições que havia no projeto original aprovado no Congresso Nacional, nós retiramos. Deixamos a cargo do Poder Executivo.

Então, as possíveis irregularidades que houvessem, se houvessem, foram sanadas previamente, quando elaboriei. Então, não vejo nenhum óbice em se votar agora a constitucionalidade, até porque, neste caso, o projeto é plenamente constitucional. No argumento de que se trata de lei complementar, cai por terra porque a lei federal é lei ordinária. Em todos os Estados é lei ordinária, não regulamenta artigo constitucional e inclusive já, como lei

ordinária, foi aprovado em Santa Catarina, em São Paulo, em Goiás, no Rio Grande do Sul.

Quer dizer, efetivamente, os argumentos, datíssima vênua, nobre Deputado Hermes Fonseca, não se sustentam, razão pela qual sugiro a votação em primeira. Há um entendimento já feito com a Liderança do Governo anteriormente, com o Deputado Bradock, parece-me que eles pretendem emendar o projeto para melhorá-lo, a fim de buscar a sanção governamental.

Então, que a gente vote hoje em primeira, porque é perfeitamente constitucional e legal e obviamente com a contribuição valorosa do Deputado Dobrandino, o Deputado Bradock foi designado para apresentar emendas no dia de amanhã. Nós poderemos, não derrubar o projeto, mas melhorá-lo, aliás, esse é, com certeza, o mister de todos nós Parlamentares nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Sr. Presidente, posso usar da palavra ainda?

(Assentimento)

Eu quero dizer que seria de bom alvitre, nós retirarmos esse projeto por cinco Sessões, para que se ajuste...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa quer informar V. Exa. Já foi retirado por cinco Sessões. Não há mais condições de ser retirado, regimentalmente.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Pois bem. Eu entendo que é dispensável a lei estadual porque já existe uma lei federal que prevalece e que estabelece as mesmas normas que o Deputado Durval Amaral quer estabelecer no âmbito estadual.

A lei estadual não pode ferir a Constituição Federal e, portanto, se o mérito está aprovado na legislação federal não há porquê nós editarmos uma lei estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Só para esclarecer, Presidente: neste caso, os Estados devem legislar suplementarmente como fez Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e outros Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Confesso a V. Exa. que já tinha encerrado a discussão. Está em processo de votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu solicitaria que V. Exa. suspendesse a Sessão por dois minutos, para nós discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Atendo a solicitação de V. Exa.

(Está suspensa a Sessão por cinco minutos)
(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Iniciando os trabalhos, está em votação o Projeto do Deputado Durval Amaral.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam queriam levantar-se. Doze Parlamentares.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Nenhum.

Não há quórum para decidir.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1374, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 1385 a 1386, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1396, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Prejudicado.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2005

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 024 e 025/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 137, 172, 496/2004; 006, 051, 064, 149 e 188/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 323, 477/2004, 002, 042, 060, 080, 106, 128, 160 e 173/2005.

Levanta-se a Sessão.